

ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E QUATRO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL
E CATORZE _____

---Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Ratificação do Regimento da Assembleia Municipal; _____
3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M.; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 40/2014/CM, referente à Estratégia de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira – Versão Final; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2014/CM, referente à Prestação de Contas de 2013; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 47/2014/CM, referente à Doação do Palácio da Justiça de Tavira ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P.; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 54/2014/CM, referente ao Regulamento de Atividades Diversas do Município de Tavira – Versão Final; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 55/2014/CM, referente à Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira; _____
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 60/2014/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento e às GOP de 2014; _____
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2014/CM, referente ao Pagamento Mensal das Transferências às Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências – 1º. Quadrimestre de 2014; _____

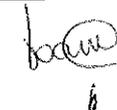
 1 

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2014/CM, referente aos Acordos de Execução a celebrar entre o Município e as Freguesias do Concelho, no âmbito da Delegação Legal de Competências; _____
12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 63/2014/CM, referente aos Contratos Interadministrativos a celebrar entre o Município e as Freguesias de Santa Luzia e Conceição/Cabanas; _____
13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 64/2014/CM, referente ao Contrato-Programa para a Limpeza das Praias; _____
14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 66/2014/CM, referente à Composição do Conselho Local de Educação e designação de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho; _____
15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 68/2014/CM, referente à Alteração da Composição do Júri para o procedimento consursal para provimento de cargo de Chefia Intermédia de 3º. Grau para o Gabinete Jurídico – 356-Div/13; _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e catorze minutos. _____

----O Presidente da Assembleia informou que iam testar um novo sistema de som que já há muito existia na Câmara Municipal mas que ainda não tinha sido testado. Desconhecia quanto tempo tinha, talvez anos, pois quando lhe tinham falado no sistema de som tinha assumido que seria sem fios, o que não se verificava, pelo que, pretendia chamar à atenção dos presentes para que circulassem no sentido horizontal devido aos fios dos microfones. Explicou ainda que para usar da palavra, os membros teriam que carregar no botão do microfone para serem ouvidos. Outra particularidade do sistema de som era que a mesa podia cortar a palavra a qualquer membro, o que esperava que não tivesse que acontecer. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Ângelo Filipe Silva Pereira, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus, Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Sílvio Edgar Assis Fernandes. _____

---O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges. _____

---O Membro Joaquim José Brandão Pires solicitou a substituição tendo sido substituído por Maria João Teixeira Dias Anjos. _____

---Os membros Cristela da Cruz Pereira Martins e Dinis Manuel da Palma Faísca solicitaram a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes e Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, respetivamente. _____

---O Presidente da Assembleia informou que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher não iria estar presente, pelo que por antecipação, já tinha convidado a Membro Maria Helena Correia Bartolomeu Silva para fazer parte da mesa. _____

---Colocou à consideração a discussão e aprovação da ata da sessão do dia vinte e oito de fevereiro que todos tinham recebido. Perguntou se haveria alguma alteração a efetuar, o que não se verificando, colocou a ata a votação. A ata de vinte e oito de fevereiro foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e quatro abstenções dos membros que não tinham estado presentes naquela sessão. _____

---Seguidamente informou que no espaço decorrido entre a última sessão e aquela, se tinha realizado uma reunião de comissão, mais propriamente da CPCJ – Comissão de Proteção e Crianças e Jovens, onde tinha estado presente a Membro Ricardina Jesus a quem pedia que efetuasse uma breve síntese da reunião. _____

---A Membro Ricardina Jesus informou que a reunião se tinha realizado no dia vinte e oito de março e que tinha sido uma reunião da modalidade alargada. Em suma, tinha sido efetuada a apresentação da representante do Ministério da Educação e Ciência, professora Dolores Neto, visto que a CPCJ de Tavira ainda não integrava um elemento a tempo inteiro representante daquele Ministério. _____

---Tinha ainda havido lugar à informação de que a Academia da Música, na pessoa do professor Josué Nunes, Diretor Pedagógico e Presidente da Academia também tinha passado a integrar a CPCJ. Tinham também sido captados membros da PSP – Polícia de Segurança Pública e da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vitima, tendo ficado esclarecido pelo Comandante da Esquadra da PSP, que a participação desta deveria de ser apenas a título consultivo. _____

---Quanto ao projeto “Sem Fronteiras” era suposto ter sido apresentado naquela reunião, o que não se tinha verificado devido à impossibilidade do Diretor estar presente. Foi ainda tratado assunto relativo ao Plano Local da Promoção e Proteção, sendo que no anterior dia dois se tinha realizado um *Peddy-paper* na cidade cuja atividade tinha sido desenvolvida nos dois agrupamentos de Escolas do Concelho e participação da PSP, do que, certamente tinham conhecimento. _____

 3 


---Por fim, o Capitão Emanuel Carapinha que era o representante da GNR – Guarda Nacional Republicana naquela Comissão Alargada, tinha-se despedido uma vez que iria passar a desempenhar funções em outro Destacamento. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que iria passar ao voto de pesar e moções, pelo que, passava a palavra à bancada do MT – Movimento por Tavira para que apresentasse o voto de pesar pelo falecimento de uma artista muito conhecida por todos que, infelizmente tinha desaparecido. _____

---A Membro Maria do Rosário Afonso passou à leitura do voto de pesar. _____

---“Voto de Pesar pelo Falecimento de Eugénia de Jesus Lima _____

---Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras: _____

---A bancada do Movimento por Tavira, apresenta e propõe um voto de pesar perante a morte da consagrada artista Eugénia Lima, considerada uma das melhores intérpretes a nível mundial. _____

---Nasceu em Castelo Branco no ano de 1926, filha de um afinador de acordeões e desde tenra idade manifestou a sua vocação para a música, aos quatro anos, já tocava acordeão, dando desde logo início a uma prestigiada carreira. _____

---Atuou pela primeira vez na sua cidade natal, no cinema Vaz Preto, ficando conhecida pela «miúda de Castelo Branco». _____

---Em 1935, estreou-se em Lisboa, no Teatro Variedades como atração na revista «Peixe Espada», e tinha nessa altura 9 anos e, a partir daí, os convites para diversas casas de espetáculo, como o Retiro da Severa, o Solar da Alegria, o Éden Teatro e muitos outros, não mais pararam. _____

---Na rádio, atuou pela primeira vez nesse mesmo ano, na então Emissora Nacional, onde participou num programa sobre folclore da Beira Baixa. _____

---Quando aos 13 anos o pai tentou inscrevê-la no Conservatório em Lisboa, a sua candidatura foi rejeitada porque o acordeão não tinha entrada naquela instituição. _____

---Aos 15 anos foi convidada para atuar no Casino Estoril, onde obteve um enorme sucesso, mas para tal, foi necessário obter uma autorização especial do Presidente da República, porque nessa época, não eram autorizadas atuações de artistas menores de idade. _____

---Foi essa autorização que lhe permitiria futuras atuações noutras casas de espetáculo. _____

---No ano de 1947 vai pela primeira vez ao estrangeiro, mais exatamente a França, onde realizou vários recitais para emigrantes tendo sido convidada pela conceituada fábrica de acordeões «Fratelli Crossio». _____

---Neste mesmo ano conquistou o primeiro lugar num concurso de acordeonistas promovido pela Emissora Nacional. _____

 
4 

---Eugénia Lima tornou-se uma artista de renome internacional, as cadeias de televisão por onde passou, não só no seu país como nos Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela, Brasil, Argentina, Bélgica, Áustria, etc., deram-lhe uma enorme e merecida projeção. _____

---Durante o seu percurso artístico gravou mais de 50 discos, foi compositora de mais de 200 melodias, além de arranjos feitos a músicas famosas. _____

---Das muitas composições de sua autoria, destacam-se: «Minha Vida Meu Sonho», «Corridinho da Praia Verde», «Fadinho de Silves», entre outros. Foi ainda fundadora da famosa Orquestra Típica Albicastrense. _____

---Conquistou o Óscar de Imprensa, como a melhor solista de música ligeira no ano de 1962. _____

---Não têm conta as inúmeras medalhas, placas e diplomas que lhe foram atribuídas por entidades portuguesas e estrangeiras. _____

---Em setembro de 1984, a União Nacional dos Acordeonistas de França atribui pela primeira vez a um estrangeiro o seu Diploma Honorífico e, como profissional, é diplomada com o Curso Superior de Acordeão na categoria de professora, pelo Conservatório de Acordeão de Paris. _____

---O nome de Eugénia Lima figura no Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis. _____

---Em maio de 1980, foi agraciada pelo Senhor Presidente da República, General Ramalho Eanes, com o grau de Dama da Ordem Militar de Santiago de Espada. _____

---No dia 10 de setembro de 1986 foi condecorada pelo Senhor Ministro da Cultura, com a Medalha de Mérito Cultural, no Dia Mundial da Música. _____

---Em outubro de 1995, foi agraciada pelo então Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. _____

---Foi ainda condecorada pelo Duque de Bragança com a medalha de mérito da Casa Real. _____

---Em dezembro de 2011, com 85 anos, foi alvo de uma homenagem em Castro Marim, numa sala completamente esgotada onde participaram 81 acordeonistas. _____

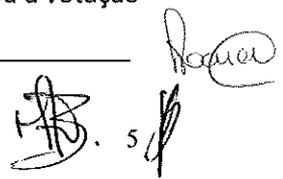
---E, no ano de 2012, foi a grande impulsionadora na criação da «Mito Algarvio, Associação de Acordeonistas do Algarve», figurando como madrinha e sócia de mérito da mesma associação. _____

---O especial carinho, a paixão que Eugénia Lima sentia pelo Algarve era sobejamente conhecida, é desta Senhora o seguinte comentário: «Se o Algarve fosse um homem, eu era uma mulher perdida». _____

---Faleceu na sua residência em Rio Maior no passado dia 04 de abril, com 88 anos de idade. _____

---A Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 24 de abril de 2014, manifesta desde já o seu pesar e endereça sentidas condolências aos seus familiares, bem como, à Associação de Acordeonistas do Algarve.” _____

---O Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes se pretendia pronunciar sobre o voto de pesar que tinha sido apresentado. Não se verificando qualquer intervenção, colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento de Eugénia Lima que foi aprovado por unanimidade. _____

 5

---Seguidamente referiu que tinha duas moções apresentadas pelo PS – Partido Socialista sendo que a primeira tinha como título “*Em defesa dos serviços de saúde no Algarve*” e a segunda “*Mais investimento para o Algarve e para Tavira*”. Passou a palavra à bancada do PS para que fizessem a apresentação. _____

---O Membro José Alberto Correia passou à leitura da moção. _____

---“*Moção: Em defesa dos serviços de saúde no Algarve* _____

---*Ao longo dos últimos meses, a situação vivida nos hospitais públicos do Algarve tem-se vindo a degradar levando à denúncia pública por parte dos doentes e dos profissionais de falta de material de consumo clínico, medicamentos, listas de espera (de meses) para exames radiológicos, quebra de produção e a uma redução da atividade cirúrgica programada.* _____

---*Depois de um processo de integração dos Hospitais de Lagos, Portimão e Faro no Centro Hospitalar do Algarve (CHAlgarve) pouco participado, conflituoso, que levou ao pedido de demissão por parte do Presidente e de uma Vogal do Conselho de Administração da ARSA - Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, em conflito com o Ministro da Saúde, a situação de rutura entre o Conselho de Administração e os profissionais do CHAlgarve, levou à tomada de posição por parte de cerca de duas centenas de médicos dessa instituição que escreveram uma carta aberta ao respetivo Presidente, onde, para além de consideraram que não houve “um apropriado período de reflexão, discussão e preparação, com participação ativa dos profissionais que trabalham na Região”, denunciam uma degradação dos cuidados de saúde da população algarvia, sendo “frequentemente adiadas cirurgias programadas, por falta de material cirúrgico, aumentam as faltas às consultas médicas e (...) atrasos inaceitáveis na realização de exames complementares, nomeadamente de imagiologia (...) os doentes com faltas de medicamentos (doentes oncológicos e com doenças autoimunes, por ex.) com graves reflexos na saúde destes (...) e faltas de material de uso corrente, como seringas, agulhas, luvas” e acusam o Conselho de Administração – e muito particularmente o seu Presidente – de uma “gestão autocrática” e de serem os profissionais médicos “confrontados com ameaças e chantagens (...) desconsiderando por completo a Direção Clínica”. _____*

---*Ao invés de procurar pacificar a situação interna e procurar mudar o rumo dos acontecimentos, o Presidente do Conselho de Administração do CHAlgarve atacou os médicos, considerando falsas as suas denúncias, desferindo um ataque cerrado a “uma parte não despidianda que fê-lo por puro oportunismo político (...) e por se sentir lesada em direitos que julgavam assegurados, ou para esconder a sua própria responsabilidade”, procurando dividir os médicos entre os que tinham “boa-fé” e os que querem manter “pequenos poderes ou vaidades”. Mais tarde, e como se isto não bastasse, apelidou publicamente de “burros” e “tontos” os médicos do serviço de cardiologia, numa entrevista dada a um órgão de comunicação social regional, a propósito de uma nota de alta onde foi referido que o motivo da não realização do um exame (cateterismo) se deveria à escassez de material, uma vez*

que a situação clínica permitia o seu deferimento. Circunstância que levou à intervenção pública do Bastonário da Ordem dos Médicos, à sua deslocação à Região para se inteirar dos factos exigindo que a Inspeção Geral das Atividades em Saúde proceda a uma Auditoria ao Centro Hospitalar do Algarve, citamos “achamos que o Ministro da Saúde tire as suas conclusões e tome providências mas que também a Inspeção Geral das Atividades de Saúde faça o seu papel e tal como já foi solicitado por escrito pela Ordem dos Médicos faça uma inspeção ao CHAlgarve” e à tomada de posição do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos, no seu comunicado de dia 7 de Fevereiro, sobre as atitudes do Presidente do Conselho da Administração do CHAlgarve, considera “não ser lícito que sejam exercidas pressões e insultos aos médicos que cumprem com um desempenho cabal a sua atividade”. _____

---Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 24 de abril de 2014, delibera: _____

----1. Demonstrar a sua solidariedade aos profissionais de saúde do Centro Hospitalar do Algarve e em particular ao corpo médico que tudo tem feito para defender e prestigiar os hospitais públicos do Algarve; _____

----2. Denunciar a atual situação de degradação dos hospitais públicos do Algarve e a gestão desastrosa por parte do Conselho de Administração do CHAlgarve, e em particular por parte do seu Presidente, que ao invés de procurar sanar conflitos e envolver os profissionais, tudo tem feito para os agudizar, criando condições para a saída antecipada de médicos daquela instituição; _____

----3. Exigir que o Ministro da Saúde deixe o silêncio e a complacência com esta situação levando a sério aquilo que lhe foi afirmado pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve “a posição de Pedro Nunes enquanto Presidente do Centro Hospitalar do Algarve é insustentável”; _____

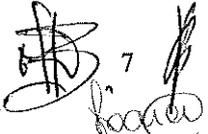
----4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, delegações regionais da Ordem dos Médicos e sindicatos do setor da saúde; e, _____

----5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” _____

----A Membro Maria José Dias Palma Simão Mestre entrou na sala às vinte e uma horas e vinte e oito minutos. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a moção à discussão. _____

----A Membro Muriel Dias solicitou ao Presidente da Assembleia, tal como anteriormente já se tinha verificado e, apesar do Regimento ainda não ter sido ratificado, que a moção não fosse discutida naquela sessão, aliás como sabia que o mesmo se tinha verificado na sessão da Assembleia Intermunicipal, uma vez que a sua bancada não tinha tido conhecimento antecipado. _____

 7
L. Soares

----Considerava que se tratava de um assunto que deveria ser discutido em Assembleia Intermunicipal da CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, apesar de o considerarem bastante importante.

----Relativamente àquela questão tinha sido informada das respostas dadas pelo Ministro da Saúde pois tinha-o solicitado à Deputada Elsa Cordeiro que estava precisamente a coordenar aquela questão, pelo que considerava não ser de “*bom-tom*” que a mesma fosse discutida naquela sessão. _____

----Assim, e reportando-se à moção do BE – Bloco de Esquerda apresentada na sessão anterior em que tinham chegado a um consenso para que a sua discussão passasse para a sessão da Assembleia Municipal seguinte, solicitava que o mesmo se verificasse relativamente à presente moção até porque considerava que se tratava de um assunto demasiado importante. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que exatamente porque se tratava de um assunto tão importante é que considerava que devia ser discutido, pois se o passassem para a sessão seguinte ficaria fora de contexto já que, pessoalmente, acreditava que o atual Presidente do Conselho de Administração, por essa altura, já não estaria em funções e, portanto, a verdade era que a moção era apresentada naquela sessão, tal como a seguinte, e ainda não tinham aprovado o Regimento, porque se tal já tivesse acontecido as moções teriam que ter sido entregues no dia anterior. Face ao solicitado pela bancada do MT o que poderia fazer era colocar à discussão se a moção deveria ser discutida e votada ou não. Todavia os proponentes da moção deveriam pronunciar-se sobre a questão como tinha acontecido relativamente à moção apresentada pelo BE, na sessão anterior, cujo adiamento tinha sido consensual e aceite pelo proponente. _____

----O Membro João Carvalho referiu que pensava que a bancada do PS pretendia instrumentalizar a Assembleia Municipal de Tavira para um assunto que nada dizia respeito ao Concelho. Considerava que era lamentável e não era a primeira vez que acontecia. Questionava se existia algum problema quanto ao Centro de Saúde de Tavira, ou iriam ali discutir, ou aquela Assembleia servir de arremesso partidário nacional. Concluiu referindo que manifestamente havia ali uma instrumentalização da qual ele não gostaria de fazer parte. _____

----O Presidente da Assembleia agradeceu o esclarecimento e desejou que o Membro nunca tivesse necessidade de se dirigir ao Hospital de Faro ou de Portimão. _____

----O Membro João Carvalho respondeu que gostaria de ir, contudo o PS que tinha governado durante dezassete anos, apenas tinha construído um campo de futebol que custava um milhão de euros por mês a duas autarquias. Não sabia qual era o problema de ir ao Hospital de Faro pois o PS nunca o tinha tido, pelo que teria que lá ir. _____

----O Presidente da Assembleia dirigindo-se ao Membro João Carvalho referiu que apenas gostaria de recordá-lo que não gastasse todo o tempo de que dispunha com questões de pouca importância pois poderia não poder voltar a intervir. _____



Handwritten signature and initials, possibly 'J.C.', with a circled '8' below it.

----O Membro José Graça mencionou que tinham ponderado largamente a apresentação das duas moções naquela Assembleia Municipal. De acordo com os trabalhos que tinham sido desenvolvidos nos últimos meses no âmbito do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira, tinham deliberado e iria ser proposto à Assembleia, que as moções fossem apresentadas com alguma antecedência de modo a que os grupos pudessem estudá-las e preparar o debate. _____

----De facto, as duas moções que apresentavam prendiam-se exclusivamente com questões de oportunidade pois, como o Presidente da Assembleia já tinha referido, aqueles temas até já estavam a ser debatidos algo tardiamente. _____

----No caso da questão relacionada com a saúde, o Centro Hospitalar do Algarve era uma unidade de saúde de referência num conjunto bastante alargado de especialidades quer para o Concelho de Tavira como para todos os outros concelhos algarvios. Os hospitais de Faro, Portimão ou Lagos não trabalhavam apenas para a Rua Leão Penedo ou para o Campo Coca-Maravilhas em Portimão, mas sim para todos os algarvios quer morassem em Alcoutim, Aljezur, Vila do Bispo ou na rua mais pequena de Vila Real de Santo António ou Castro Marim. Assim, o que propunham à discussão tinha sido bastante ponderado, assente numa questão de oportunidade, pois não podiam deixar de discutir e reclamar uma melhor prestação de cuidados de saúde para os algarvios, quer fosse de cuidados primários prestados no Centro de Saúde de Tavira ou cuidados continuados na rede regional ou de referência. ____

----Para terminar mencionou que caso o membro do CDS-PP – Partido Popular não se recordasse, naquela Assembleia tinham defendido, contra a opinião do Governo do PS, que a unidade de urgência básica de referência de Tavira, deveria ser Faro e não Vila Real de Santo António. _____

----O Membro Artur Sanina disse que pretendia saudar todos os presentes porque, realmente, ter sido marcada uma sessão da Assembleia Municipal para o dia vinte e quatro, quando todo o País já estava em festa, a realizar as suas comemorações do vinte e cinco de abril, e ele próprio tinha tido que abandonar uma sessão pública para estar ali presente por considerar ser importante o que ali iria defender. A questão centrava-se no simbolismo que a data representava. _____

----Ultrapassada a questão, o oportunismo a que o PS se referia, também existia na moção que o BE tinha apresentado relativamente à questão da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Tinha sido argumentado que o Regimento estava a ser aprovado e como a moção não tinha sido apresentada atempadamente, sendo que ele num modo diferente de fazer política e não ser pessoa para criar maus ambientes, tinha concordado que a proposta fosse discutida na sessão seguinte, a presente, no sentido de que o Regimento fosse aprovado e todos pudessem ter conhecimento das moções. Na Comissão tinha sido referido que as moções deveriam de ser remetidas com cerca de oito horas de antecedência para o órgão da Assembleia de modo a serem enviadas a todos os membros, o que verificava não ter sucedido. _____

AB, B
João

---Portanto, apesar de considerar a moção oportuna, sendo a justificação para a sua apresentação, referia que tendo as Jornadas Parlamentares do BE sido realizadas no Algarve por um período de dois dias, os temas abordados no primeiro dia tinham sido a educação e, durante a tarde em Tavira, as pescas tendo, inclusivamente, o Grupo Parlamentar reunido em Tavira para a análise dos problemas existentes. No segundo dia, tinham-se deslocado para a zona de Barlavento para tratarem das questões relacionadas com a saúde. Assim, o oportunismo das questões de saúde não era presente pois já tinham sido discutidas e apresentadas, sendo que, naquela mesma semana, resultado das Jornadas Parlamentares, tinham sido apresentados projetos na Assembleia da República no sentido de que aquelas questões nunca mais voltassem a acontecer. Os projetos tinham sido chumbados. _____

---O Membro Artur Sanina concluiu referindo que o oportunismo já há muito que existia não sendo um assunto atual, pelo que, concordando plenamente com a preocupação, com a discussão da moção, com o facto de a saúde não poder continuar como se encontra, considerava que se tratava de uma questão de oportunismo também ao verificar-se que uma moção era adiada e a outra tinha que ser apreciada no imediato. _____

---O Membro José Graça recordou que relativamente à moção apresentada na sessão anterior que tinha sido adiada, como constava na ata que tinham acabado de aprovar, não tinham alegado a questão da moção ter sido apresentada no momento, mas apenas o facto de considerarem que não estava fundamentada do ponto de vista técnico, razão pelo que tinham pedido ao BE que a reformulasse e consolidasse do ponto de vista técnico. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que verificando-se a falta de consenso, lhe cabia decidir, pelo que iria colocar à votação a aceitação ou não da moção. Assim, em vez de iniciarem a discussão da moção colocava à votação a aceitação por parte da Assembleia Municipal da moção intitulada "*Em defesa dos serviços de saúde no Algarve*". _____

---A discussão da moção foi aceite por maioria de dezoito votos a favor, seis votos contra e três abstenções. _____

---O Presidente da Assembleia recordou que aquela não se tratava de uma votação por maioria simples mas por dois terços dos membros, sendo que dos vinte e sete, dezoito correspondiam precisamente aos dois terços, pelo que iriam prosseguir com a discussão da moção. _____

---O Membro Filipe Lopes solicitou que a mesma fosse entregue ao MT porque ainda não a tinham recebido não tendo em que se basear. _____

---O Membro José Alberto Correia disse que apenas queria lembrar os membros que a moção "*Em defesa dos serviços de saúde no Algarve*" tinha um foro público notório e conhecido por qualquer cidadão minimamente bem informado constituindo-se como uma situação extremamente premente, urgente e importante, pelo que tinha sido dito, e podiam acusá-los de oportunismo, mas não se tratava de uma questão de oportunismo mas sim de oportunidade, pois relativamente a questões

como aquela, tinham que lutar pela melhoria das condições dos algarvios e dos tavirenses em particular. _____

----A Membro Muriel Dias informou que iriam votar contra a moção, não contra a ideia mas efetivamente contra o que consideravam ser "*gincana política*". Existiam outras situações no Hospital do Algarve relativamente às quais possuía a resposta dada pelo administrador, mas não pretendia aproveitar-se por considerar que a Deputada Elsa Cordeiro estava a trabalhar no sentido de melhorar a situação. _____

----O Membro Antero Romeira referiu que a CDU – Coligação Democrática Unitária tal como tinha procedido relativamente à proposta do BE, tendo mesmo ficado indignado pela aceitação do seu adiamento por parte do seu proponente, não concordando com o referido pelo Membro José Graça de que a proposta não tinha carácter técnico, considerava que a moção do PS independentemente do oportunismo, sobre o que apenas solicitava aos membros do PS que mantivessem a mesma posição, fazia todo o sentido, pelo que, iria votar a favor. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções, referiu que apenas queria dar uma nota de que esperava que após aquela sessão, situações daquela natureza não se voltassem a verificar, uma vez aprovado o Regimento, como esperava, até porque já tinha sido aprovado pela Comissão, e este não permitiria que as moções fossem apresentadas apenas no início das sessões. De qualquer modo e sendo a Assembleia soberana, ao verificarem-se dois terços a favor, colocava à votação a moção "*Em defesa dos serviços de saúde no Algarve*". _____

----A moção foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor, seis votos contra e três abstenções.

----O Membro Filipe Lopes como declaração de voto referiu que pretendia reforçar o que tinha sido dito anteriormente. Não estava em causa a defesa do Serviço Nacional de Saúde, mas apenas a oportunidade e o oportunismo emanante da proposta. _____

----O Presidente da Assembleia passou à segunda moção com o título "*Mais investimento para o Algarve e para Tavira*". _____

----O Membro José Graça referiu que antes de apresentar a moção pretendia dirigir uma saudação especial a toda a Assembleia Municipal no seguimento do que o Membro do BE tinha referido, por estarem a iniciar as celebrações dos quarenta anos do vinte e cinco de abril. Por outro lado, pretendia também dirigir uma saudação especial ao membro da Assembleia Municipal eleito pelo CDS-PP nas listas do MT por, a partir daquela data passar a atuar de forma autónoma no âmbito daquela Assembleia, desejando-lhe os votos do melhor trabalho. _____

----Antes de apresentar a moção solicitou que o Presidente da Assembleia fizesse uma pequena referência aos serviços de apoio à Assembleia para que todas as vias de acesso àquela sala fossem disponibilizadas, nomeadamente para os cidadãos com problemas de mobilidade pois tinha verificado que a porta da rampa estava encerrada. _____

----Quanto á moção que ia passar a ler, estava relacionada com o ciclo de retoma que parecia se estar a verificar-se presentemente em Portugal. _____

----“Mais investimento para o Algarve e para Tavira _____

----Após um período de discussão pública do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GT/IEVA's), o Governo da República apresentou recentemente o PETI – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020. _____

----No relatório apresentado pelo GT/IEVA's no Algarve, apenas estavam incluídos a melhoria do acesso marítimo e instalações nos portos de Portimão e Faro (com um investimento previsto de 10 milhões de euros) e a modernização e eletrificação da linha ferroviária do Algarve (55 milhões), lamentando-se que tenham deixado de fora o fecho da rede rodoviária de ligação ao Alentejo (IC4 e IC27, respetivamente) e os troços inicialmente previstos na requalificação da EN125, retirados aquando da renegociação do contrato em outubro de 2012. _____

----Face ao estado calamitoso da rede rodoviária regional e a premência de melhorar a oferta de transporte público coletivo interurbano, impunha-se a modernização e eletrificação dos troços da linha ferroviária do Algarve entre os troços Lagos – Tunes e Faro – Vila Real de Santo António, bem como a concretização do ramal de ligação ao Aeroporto Internacional de Faro e ao campus de Gambelas da Universidade do Algarve, cuja inclusão no PETI saudamos, apesar do valor exíguo das verbas previstas e a falta de clareza dos projetos apresentados. _____

----Numa região predominantemente turística, consideramos ser estratégica a conclusão dos estudos e projetos da ligação ferroviária a Espanha, que garanta a ligação direta de Lisboa a Sevilha através de Faro e Huelva, consolidando um serviço eficaz, reforçando a segurança, permitindo melhores condições para passageiros e mercadorias e potenciando um uso mais eficiente dos centros logísticos existentes e previstos, consolidando-se desta forma dois corredores estratégicos – o corredor sul e o corredor horizontal do Algarve – Andaluzia. _____

----No capítulo rodoviário, afastado incompreensivelmente das prioridades indicadas pelo Governo face ao estado calamitoso da rede rodoviária e às consequências negativas para a imagem internacional do Algarve, mostra-se imprescindível a conclusão sem mais demoras das obras de requalificação da EN 125, nos termos do contrato vigente com a concessionária, e, particularmente, a construção da variante prevista na Luz de Tavira, incluída no contrato original por imperiosas razões de segurança rodoviária, fluidez da circulação e de acalmia de tráfego naquela localidade. _____

----Por outro lado, não desconsiderando a importância regional dos investimentos marítimo-portuários previstos, a aposta no mar deve concretizar-se através de investimentos já projetados e com financiamento assegurado que potenciem as atividades económicas associadas, nomeadamente nos portos de pesca e marinas de recreio, valorizando a oferta turística salvaguardando a segurança de

peçoas e bens e potenciando a criação de emprego, dando-se especial realce ao Porto de Pesca de Tavira, navegabilidade dos canais da Ria Formosa e segurança da Barra de Tavira. _____

----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 24 de abril de 2014, delibera: _____

----1. Manifestar o seu regozijo com a inclusão dos investimentos previstos no PETI – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020, a concretizar no concelho e na região; _____

----2. Exigir ao Governo a inclusão dos pequenos investimentos rodoviários e marítimo-portuários referidos, concorrendo dessa forma para a competitividade das empresas e a sustentabilidade socioeconómica do Algarve, para o aproveitamento dos recursos endógenos e para a criação de emprego; _____

----3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, Ministra da Agricultura e do Mar, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve; e, _____

----4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais." _____

----A Membro Muriel Dias referiu que, não iria ser incoerente com o que já tinha sido dito e, apesar de considerar que aquele assunto também era de extrema importância, iria solicitar que a moção fosse adiada. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que não ia questionar os proponentes, dado que a resposta já tinha sido dada na moção anterior. Assim, colocava à votação a aceitação da moção "Mais investimento para o Algarve e para Tavira", que foi aceite por maioria de dezanove votos a favor, sete contra e uma abstenção. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que aquelas moções eram realmente importantes para a realidade que todos viviam diariamente, e tinham-no feito recordar as palavras proferidas pelo Secretário de Estado quando recentemente tinha estado no Algarve. Tinha dito que os algarvios tinham que optar entre a eletrificação da linha férrea ou o arranjo da EN-Estrada Nacional 125 já que não era possível solucionar as duas situações. _____

----Mencionou que estava algo apreensivo relativamente às verbas que estavam destinadas para o Algarve e, desculpando-se por não possuir muitos aspetos técnicos para defender, utilizava diariamente o comboio para se deslocar de Tavira para Faro, pois era funcionário do Município de Faro, e podia afirmar que, tendo nove composições sido consideradas sucata para a linha do Norte, tinham sido trazidas para funcionar na linha do Algarve, sendo que, presentemente, três delas estavam avariadas. _____

---Naquele mesmo dia quem tinha apanhado o comboio das sete horas e quarenta e seis minutos para chegar a Faro cerca das oito horas e trinta minutos, tinha chegado às nove horas e trinta minutos porque, na Fuzeta, tiveram que incorporar outra composição que tinha avariado naquele local. Em termos de comboios aquela era a realidade que se vivia presentemente no Algarve, pelo que, antes de se falar em eletrificação, deviam ser ponderadas as condições que eram dadas aos utentes, á sua comodidade. Presentemente apenas se verificava a preocupação com a entrada constante de fiscais a fim de fiscalizarem se os utentes possuíam ou não bilhete, porque verdadeiramente, condições de utilização daquele meio de transporte, não existiam. Assim, podia-se concluir que o material subselente que não servia para o Norte era bom para o Algarve. Era pois aquela a situação atual, parecendo-lhe que o Secretário de Estado ao colocar aquela alternativa, ou eletrificar a linha férrea ou arranjar a EN 125, brincava com a situação, pelo que pensava que tanto a nível Autárquico como de organização das Câmaras do Algarve, como os próprios cidadãos, tinham que tomar consciência daqueles problemas e tomar posições como o estavam a tentar fazer naquela Assembleia Municipal. Porém, considerava que não bastava que fossem moções que iam sendo apresentadas oportunamente com a publicação de uma notícia, um projeto, atribuição de verbas ou outras, porque as situações iam-se arrastando de tal modo que em vinte e quatro anos quem utilizava o comboio daquela linha como meio de transporte, não tinha verificado quaisquer melhoramentos, pelo contrário, verificava a situação a degradar-se. Tendo a estrutura sido dividida por quatro ou cinco empresas, nenhuma delas sabia como funcionar, como dar resposta. Aquela era a realidade que estavam a viver e relativamente aos melhoramentos, as verbas tinham sido encaminhadas para Lisboa e Porto, porque tanto no Algarve como no Alentejo nada tinha sido feito. _____

---Para concluir disse que sendo alentejano se pretendesse viajar para a sua terra natal teria que utilizar camioneta, pois aquela era a realidade que existia num País onde o ser humano não era pensado prevalecendo-lhe sempre a questão económica. _____

---O Presidente da Assembleia, como tinha feito com o Membro João Carvalho, recordou o Membro Artur Sanina relativamente à questão do tempo gasto nas intervenções, sugeriu que controlassem bem o tempo pois a Ordem de Trabalhos era bastante extensa. _____

---A Membro Muriel Dias disse que relativamente ao assunto em apreço a intenção de voto da bancada também seria no sentido de votar contra. Apenas queria referir que tinham o Deputado Mendes Bota a trabalhar a favor da situação, possuindo, inclusivamente, ali a sua tomada de posição.

---Querida também reforçar que tinham o privilégio de terem na Assembleia Municipal de Tavira, o Presidente da CI-AMAL, o Presidente da Câmara Municipal de Tavira, que certamente sabia que a bancada do PSD – Partido Social Democrata iria contribuir no sentido de trabalharem a favor do Algarve e da obtenção de apoios. Sabiam efetivamente quais as verbas que tinham sido atribuídas ao Algarve e que eram muito escassas, bem como da dificuldade que o Presidente enfrentava para

resolver todas aquelas situações, mas também queria reforçar que os Deputados algarvios estavam a trabalhar no mesmo sentido. _____

---Para concluir, referiu que o motivo que os levava a votar contra, era o facto de a moção ter sido apresentada naquela situação não lhes tendo sido oportuno trabalhar nela, porque tanto a situação da saúde no Algarve, como o investimento estavam a ser trabalhados pelos Deputados, Elsa Cordeiro e Mendes Bota, respetivamente. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções colocou a moção "*Mais investimento para o Algarve e para Tavira*" a votação que foi aprovada por maioria de dezanove votos a favor e oito votos contra. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que pretendia efetuar a mesma declaração de voto que tinha feito quanto à moção anterior, sublinhando o facto de estarem a votar contra a entrada repentina da moção que não lhes tinha dado tempo para avaliarem uma situação que consideravam muito importante, sendo inadmissível que atualmente não existisse comboio direto, por exemplo, de Lisboa a Vila Real de Santo António como acontecia há quinze anos atrás, o que consideravam ser vergonhoso. _____

---O Presidente da Assembleia passou à proposta do BE que tinha sido apresentada na reunião de vinte e oito de fevereiro e que tinha transitado para a presente sessão. Referiu que tendo conhecimento que o Membro Artur Sanina o tinha interpelado sobre qual a razão por que a moção por ele apresentada não constava na Ordem do Dia, esclareceu que as moções integravam o período antes da Ordem do Dia não estando, por isso, esquecida. _____

---A moção apresentada pelo BE versava sobre a não obrigatoriedade de caução para consumidores não-domésticos. Na Assembleia anterior tinha sido referida a falta de questões técnicas, sendo que a proposta também mencionava que a Câmara Municipal de Tavira enquanto acionista maioritário da TaviraVerde "*deve adotar medidas concretas para aliviar os prejuízos sofridos pelos consumidores não-domésticos como resultado de três anos de austeridade permanente.*" _____

---Fundamentalmente a proposta comparava as cauções pagas pelos consumidores não-domésticos entre a FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M. e a TaviraVerde. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que talvez por ter um certo privilégio já que trabalhava na FAGAR, tinha avançado com aquela proposta porque realmente não conseguia compreender a diferença de tarifário para o mesmo consumidor não-doméstico, existente entre Faro e Tavira, já que em Faro aqueles contratos eram celebrados por vinte euros e seis cêntimos e em Tavira eram necessários duzentos e catorze euros. Assim, não entendia como um pequeno comerciante que quisesse abrir uma loja, um pequeno negócio, tinha que estar sujeito àquela situação. _____

---No final da Assembleia Municipal anterior tinha falado com o Presidente da Câmara que tinha mostrado a sua concordância sobre a retirada da proposta pois estava a negociar com a TaviraVerde

AB 15 4
Bota

no sentido de esclarecer as situações, pelo que iria também abordar aquela questão. Tinha aguardado, esperando que aquele fosse um método de trabalho que pudesse existir, mas tinha verificado que a TaviraVerde tinha aprovado o seu novo tarifário, sendo que além dos centos e sessenta e dois euros correspondentes ao pagamento da caução, não só não a tinha retirado como ainda aumentava aquele valor para os cento e sessenta e cinco euros. _____

----Assim perguntava se tinha havido ou não negociação, se tinha havido algum esclarecimento por parte da TaviraVerde relativo à questão, porque considerava inconcebível que o consumidor não-doméstico em Tavira tivesse que pagar aquela importância enquanto em Faro apenas pagava vinte euros, sendo que como agravante havia ainda o facto de se tratavam das mesmas empresas privadas tanto em Faro como em Tavira. Portanto, relativamente aos aspetos técnicos não os vislumbrava, verificando apenas a questão humana e de um pequeno comerciante que necessitava formalizar um contrato de abastecimento de água e estava sujeito àquele tipo de situação. A questão poderia ser justificada com o plano de atividades, mas tinha tido a preocupação de verificar comparando o de ambas as empresas e considerava não ser aquela a justificação, sendo que uma caução se tratava de uma verba que estava caucionada e que a TaviraVerde não podia movimentar, pelo que apenas poderia obter dividendos bancários com aquele valor retido. Eram aquelas as questões, que gostava de ver respondidas. _____

----O Presidente da Câmara referiu que se lhe permitissem ele responderia a uma parte, pedindo depois ao Vereador João Pedro Rodrigues, que fazia parte do Conselho de Administração da TaviraVerde como representante do Município, para prestar os devidos esclarecimentos relativos às questões técnicas. _____

----Confirmava a conversa que tinha tido com o Membro Artur Sanina no final da sessão da Assembleia anterior. _____

----Relativamente à questão do aumento do tarifário, que não tinha sido aumentado ainda, iria sofrer um agravamento de três vírgula seis por cento. A taxa de rentabilidade do sócio privado, conforme escrita no contrato de gestão, era de treze vírgula setenta e dois por cento. Tinha sido aquele o acordo quando da constituição da TaviraVerde, sendo que relativamente ao contrato de gestão das águas e esgotos, este previa uma TIR – Taxa Interna de Rentabilidade garantida ao sócio privado de treze vírgula setenta e dois por cento o que, como os membros podiam calcular, era uma taxa elevadíssima, não se verificando presentemente contratos com valores semelhantes. _____

----Contudo, tinham tido que efetuar um acerto no tarifário do corrente ano para que, devido aos investimentos que estavam a ser realizados e ao plano de amortização de tesouraria da empresa esta não tivesse prejuízo, porque se tal se verificasse, seriam os munícipes a ter que suportar, já que nos termos da Lei, era a Câmara Municipal que teria que suprir as dificuldades o que representaria seguramente falta de verba para que a Câmara executasse os investimentos necessários. Porém,

esperavam que pudessem melhorar nos anos subsequentes, podendo até verificar-se um desagravamento. Para conseguirem que a situação se mantivesse controlada, o sócio privado tinha prescindido da sua rentabilidade de treze vírgula setenta e dois por cento, tendo-a fixado por acordo entre as partes, em nove vírgula cinco por cento como constava na ata da Assembleia Geral. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que o aumento do tarifário tinha sido global para todos e em todas as taxas. Quanto à questão, que considerava muito pertinente sobre o porquê de sendo o mesmo sócio o tarifário ser diferente, explicava que as empresas não eram iguais, a estrutura de custos não era igual, o número de contadores não era igual, sendo que o único ponto comum eram os sócios privados porque um dos públicos era a Câmara Municipal com cinquenta e um por cento e o outro era o Grupo AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. As empresas não eram iguais, pois como sabiam, a FAGAR tinha mais de cinquenta mil consumidores enquanto em Tavira havia cerca de vinte e sete mil, representando cerca de vinte e três mil contadores. A projeção da gestão, o equilíbrio da empresa desde a sua constituição tinha sido muito difícil pois esta tinha sido alavancada num conjunto substancial de investimentos em estruturas e redes que ainda presentemente estavam a liquidar, pelo que, enquanto esse plano de amortizações não baixasse, certamente que iriam continuar a ter tarifários altos. Não podiam comparar realidades que eram diferentes. _____

---Acrescentou que gostaria muito de poder trabalhar numa matriz de aumentar o número de consumidores porque essa situação, seguramente, se iria fazer refletir no preço, nem que fosse apenas para agregar pequenos sistemas numa solução de contiguas. Podiam agregar-se com a FAGAR por exemplo, pois a AmbiOlhão – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. tinha sido criada há pouco tempo atrás, não tendo o mesmo sócio privado. Futuramente iriam pensar seriamente naquela questão porque as Águas de Portugal certamente iriam entrar nas redes baixas, pelo que ficariam, porque estavam concessionados, com uma segunda leva. Tinham pois um problema para resolver sendo que pretendiam que as tarifas fossem o mais baixas possível mas, obviamente, também não queriam nem podiam suportar que a empresa tivesse prejuízo. _____

---Tinham negociado com a TaviraVerde para o corrente ano e anos subsequentes, uma redução dos custos operacionais, despesas correntes da empresa, porque relativamente ao investimento tinham concluído que não poderia ser protelado por estar a ser executado com condições únicas, tendo sido aprovado no POVT – Programa Operacional Temático – Valorização do Território, o montante de cinco milhões de euros com uma taxa de comparticipação de setenta por cento cuja verba já tinham utilizado para alargar a rede na Sinagoga, no Bernardinheiro, na Cumeada e concluído o Vale João Farto localizado em Cachopo, que não tinha água. Tratava-se de uma oportunidade única para levar saneamento às comunidades onde ainda não existia pois não se vislumbrava a possibilidade de haver mais fundos destinados ao alargamento das redes. _____

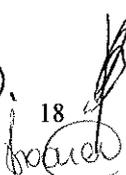
---Eram realidades diferentes sendo uma questão estrutural da empresa que estava concessionada por um prazo de vinte e cinco anos, e não pretendia que acontecesse o mesmo que, de acordo com uma notícia recente, tinha acontecido com a Câmara de Barcelos e com o mesmo Grupo AGS, cuja Câmara Municipal tinha rescindido o contrato unilateralmente, tendo sido condenada pelo Tribunal a indemnizar a empresa em cento e setenta milhões de euros. Tinha falado com Vaz Guedes que não estava muito disponível para prescindir do valor daquela indemnização que, obviamente poderia ser ou não, confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo. _____

---O Presidente da Câmara referiu que, a atual situação, que pretendiam que as tarifas não aumentassem, muito pelo contrário que pudessem baixar, mas tinham aquela curva de exigência financeira da empresa que haveriam de vencer, sendo que a partir dessa altura poderiam pensar em baixar as tarifas, baixar as cauções e os custos. Seguramente que no relatório da empresa seguinte se denotaria a tendência porque tal tinha que acontecer pois também tinha sido alvo de negociação que tinha feito com a TaviraVerde, sendo que os custos, os gastos operacionais, os gastos correntes da empresa, tinham que baixar visto o equilíbrio não poder continuar a ser atingido por via da receita, tendo que existir um controlo apertado da despesa. Talvez fosse aquele o compromisso que ali assumia e que se constituiria também como um teste para ele próprio, seguramente para a empresa, porque no ano seguinte o relatório e contas tinha que demonstrar aquele resultado. Os custos da empresa tinham que baixar, a gestão tinha que ser muito mais apertada nem que fosse para equilibrar a gestão da empresa TaviraVerde com a gestão que a Câmara estava a realizar e cujos resultados eram conhecidos. _____

---A TaviraVerde tinha remetido uma explicação por escrito pois tinham solicitado esclarecimentos sobre a necessidade da aplicação das cauções, que entre outros argumentos tinha esclarecido, e parecia-lhe válido, que a caução servia de garantia de cumprimento de falhas de pagamentos tempestivos por parte dos consumidores, o que talvez justificasse a taxa de cumprimento de noventa e nove por cento da faturação. Existia apenas um por cento de incumprimento o que era um indicador fundamental para a estabilidade do tarifário, para verificarem o que poderiam alterar ou não. Queriam baixar o tarifário e estavam a trabalhar nesse sentido mas, provavelmente precisariam de mais tempo.

---Pedia ao Vereador João Pedro Rodrigues para prestar uma explicação complementar e informar sobre o documento que tinham recebido da TaviraVerde pois tinham tido a preocupação de esclarecer. _____

---Para concluir, referiu que a TaviraVerde era uma questão complexa por se tratar de um serviço básico. A Câmara Municipal não recebia qualquer verba da água cobrada porque o serviço tinha, no mandato anterior ao seu, passado para a TaviraVerde, sendo certo que todos os custos operacionais iam aumentando, bem como a água em alta, todavia estavam a tentar chegar a um equilíbrio de modo


18


a não onerarem as pessoas. Nos últimos dois anos, o tarifário apenas tinha aumentado pelo valor da inflação que tinha sido refletido, não se tendo verificado quaisquer aumentos adicionais. _____

----O Vereador João Pedro Rodrigues informou que iria passar à leitura integral da resposta que a TaviraVerde tinha remetido relativamente à moção sobre a qual tinham solicitado explicações. _____

----*“De acordo com a lei (Leis 23 e 24 de 31 de julho 1996) ...”* que tinham sido as Leis que o BE tinha apontado na moção e que estavam relacionadas com a defesa do consumidor *“... para que um cliente mereça a especial proteção consagrada na Lei de Defesa do Consumidor torna-se necessário que os bens fornecidos, os serviços prestados ou os direitos transmitidos se destinem a uso não profissional, i.e. em termos daquelas leis os clientes não-domésticos não são considerados consumidores.* _____

----O Decreto-lei 195/99, de 8 de junho, veio proibir a exigência inicial de prestação de caução nos contratos de Serviços Públicos Essenciais para os consumidores, i.e. para a utilização não profissional. Esta caução pode existir em todos os contratos de clientes não-domésticos e mesmo, nos consumidores domésticos, a partir do momento em que exista uma interrupção de fornecimento por falta de pagamento. _____

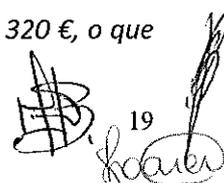
----Os utentes não-domésticos da TaviraVerde, a quem é exigida caução, não beneficiam, portanto, da proteção da Lei de Defesa do Consumidor nem são abrangidos pela proibição do D.L. 195/99. _____

----A exigência de caução, garantia de dívidas e cumprimento contratual, é uma prática comum nos contratos de Prestação de Serviços. Não se trata de uma liquidação (pagamento), como dito na proposta do BE, mas de um depósito, feito de uma vez com a celebração do contrato, para garantia de pagamento das quantias devidas pela prestação do serviço contratado. Os valores depositados são devolvidos na data do cancelamento do contrato. _____

----A existência de caução, na medida em que impede ou diminui a existência de valores incobráveis, que prejudicam todos os consumidores através das tarifas, permite protegê-los dos atos praticados pelos clientes não cumpridores. É uma das várias medidas que a TaviraVerde tem implementado para controlo dos valores incobráveis e, portanto, para proteção dos seus clientes. Este conjunto de medidas tem permitido manter o número de faturas cobradas mensalmente em mais de 99% e o montante total de dívidas incobráveis, desde 2005, em menos de 1%. _____

----O valor da caução, que não é de 214 € como indicado na proposta do BE, mas sim, de 162,07 €. Este valor foi calculado no final do ano de 2006, com base no valor estimado da dívida acumulada possível até ao corte. O prazo mínimo de execução de corte, na altura, era de dois meses e o valor da caução foi estabelecido em 150 €. Este valor, a partir de 2012, passou a ser automaticamente atualizado à taxa de atualização do tarifário. _____

----Atualmente, dado o prazo mínimo de execução de cortes ter passado para 3 meses, por virtude do estipulado no Decreto-Lei 194 de 2009, e a fatura média, dos clientes não-domésticos, ter passado para 105 €/mês o depósito de caução deveria ter sido alterado para valores próximos dos 320 €, o que

 19

não se verificou. As conclusões que foi possível retirar da análise dos incobráveis deste tipo de clientes, é que deverá ditar a política a seguir na determinação dos montantes das cauções. _____

----*Resta explicar que a utilização de cauções tem uma gestão trabalhosa. Daí a razão de não ser utilizada em algumas empresas. No que respeita à Fagar elas existem e os montantes também não são os indicados na proposta do BE. Aplicam-se só aos clientes, domésticos ou não, que tenham incumprimentos nos pagamentos. O fator dissuasor que as cauções implicam acaba por perder-se e tal reflete-se nos incobráveis.* _____

----O Vereador João Pedro Rodrigues concluiu referindo que tinha sido aquela a explicação que a TaviraVerde tinha prestado à Câmara Municipal. _____

----O Presidente da Câmara reforçou que a explicação estava escrita e que tinha sido transferida via correio eletrónico. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes pretendia usar da palavra relativamente às explicações ou proposta. _____

----O Membro João Carvalho referiu que era penoso ouvir o Presidente da Câmara que no ano de dois mil e nove tinha prometido baixar as tarifas da água, dizer que necessitavam de mais tempo para o poderem fazer. Gostava de lembrar que a TaviraVerde era uma PPP – Parceria Público-Privada pelo que convinha que quando se criticava o Governo relativamente àquelas empresas, fosse lembrado que em cinco anos nada se tinha conseguido alterar numa pequena PPP. _____

----O Presidente da Assembleia lembrou que aquela PPP não tinha sido criada pelo atual Executivo. ____

----O Membro João Carvalho mencionou que tinha o máximo respeito pelo Presidente da Assembleia mas esperava que fosse o Grupo do PS a responder. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que naquele fórum quem dirigia as palavras era ele próprio. ____

----O Membro João carvalho respondeu que o Presidente da Câmara também era seu Presidente e não o Presidente do PS. _____

----O Presidente da Assembleia reforçou que na Assembleia Municipal quem dialogava com os membros era o Presidente da Assembleia e, portanto, não percebia os argumentos usados. Nenhum outro membro de bancada o iria interpelar porque simplesmente não era correto, sendo que ele, sendo o Presidente da Assembleia não deixava, por isso, de ter opinião. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que não podia estar satisfeito com a explicação dada porque, primeiramente, a proposta focava bastante bem “... são sujeitos ao pagamento de uma caução no valor de cento e sessenta e dois euros e sete cêntimos...”, depois, referia que a tarifa de colocação de contador custava cinquenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos o que perfazia os duzentos e catorze euros. Portanto não referia que o valor da caução era de duzentos e catorze euros. _____

----De facto, também o Instituto Regulador da Água referia que, realmente podia ser aplicada caução aos consumidores não-domésticos, opção que tinha sido tomada pela TaviraVerde ao contrário de outras empresas. _____

----Para as situações de incumprimento por parte dos consumidores, existia o que se chamava cauções por incumprimento sendo que não eram exigidas na celebração do contrato e às quais estavam sujeitos tanto os consumidores domésticos como os não-domésticos, pois tinham que liquidar uma tarifa de restabelecimento e uma caução que estava estabelecida no regulamento da empresa. Portanto, a TaviraVerde estava a justificar a aplicação da caução inicial com o incumprimento, todavia esta podia ser cobrada no restabelecimento por falta de pagamento e não na celebração do contrato.

----O Membro Artur Sanina concluiu referindo que a explicação dada pela TaviraVerde, na sua ótica, era insuficiente e não o satisfazia. _____

----O Membro José Alberto Correia mencionou que a sua posição particular sobre aquela questão seria no sentido da abstenção uma vez que não se considerava perfeitamente esclarecido apesar de ser sensível ao tema apresentado pelo BE. _____

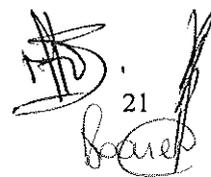
----O Vereador João Pedro Rodrigues afirmou que não sabia se o Membro Artur Sanina estava a efetuar a leitura da mesma moção que tinha apresentado na última Assembleia Municipal ou se se tratava de uma versão atualizada. A moção que dispunha e sobre a qual tinham solicitado esclarecimentos á TaviraVerde referia "*...o mesmo consumidor enquanto tem que liquidar uma quantia de duzentos e catorze euros para celebrar um contrato de prestação de serviço em Tavira, o mesmo consumidor em Faro tem que liquidar vinte euros e seis cêntimos para a mesma prestação de serviços...*". Era pois o que estava escrito na moção que tinha sido entregue na última Assembleia Municipal e sobre a qual tinha sido efetuada a avaliação por parte da TaviraVerde. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que aquela moção que tinha apresentado na última Assembleia Municipal tinha sido rejeitada porque o Regimento não estava ainda a ser aplicado, sendo que os diversos grupos deviam ter conhecimento antecipado da mesma. Assim, a redação final tinha sido remetida ao órgão da Assembleia Municipal que tinha acusado a receção e informado que a mesma iria ser distribuída pelos diversos grupos e, era essa que estava em discussão. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que possuía a última versão da proposta que tinha sido remetida para aquela Assembleia que não seria, seguramente, a que tinha sido respondida pela TaviraVerde. _____

----O Membro Artur Sanina disse que a proposta já tinha sido remetida há oito dias pois tinha tido aquela preocupação. _____

----O Presidente da Assembleia respondeu que por essa altura já tinham recebido o esclarecimento por parte da TaviraVerde. _____

 21

---O Membro Artur Sanina insistiu que tinha sido acusada a receção da proposta bem como informado da sua distribuição pelos diversos representantes. _____

---O Presidente da Assembleia confirmou, mas esclareceu que, como o Membro devia calcular, não tinha sido remetida à TaviraVerde. _____

---O Presidente da Câmara mencionou que não pretendia que houvesse uma insatisfação generalizada sobre a resposta, sobre uma nova proposta, pelo que, haveria uma nova resposta. Assim, propunha que o documento, que obviamente não tinha chegado ao Executivo, pudesse ser reavaliado em função da nova redação porque deviam de possuir respostas cabais sobre a questão. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que os argumentos da moção poderiam ter sido alterados mas o que propunha era a não obrigatoriedade por parte da empresa municipal TaviraVerde da exigência de caução aos consumidores não-domésticos no momento da celebração de um novo contrato de prestação de serviços. Sobre os argumentos, a soma dos cento e sessenta e dois euros com os cinquenta e dois euros ou não, parecia-lhe que a TaviraVerde não se pronunciaria de forma significativamente diferente e, confessava que nem estava certo de que a Assembleia Municipal teria competência para tomar aquela decisão, pelo que, apenas poderia recomendar. _____

---O Presidente da Câmara mencionou que a Assembleia Municipal podia e devia recomendar às empresas municipais as ações, as propostas que entendesse por convenientes, todavia as empresas municipais possuíam um Conselho de Administração que era independente da própria Câmara, sendo por isso entidades públicas distintas. _____

---O Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta deveria em vez de referir a “*não obrigatoriedade*” referir “*propõe a recomendação da não obrigatoriedade*”. _____

---O Membro Antero Romeira pedindo permissão para questionar o Vereador João Pedro Rodrigues, que foi autorizado, perguntou se um futuro cliente, se assim de podia dizer, que comprasse um lote na EMPET, teria que pagar ou estava isento do pagamento da caução. _____

---O Vereador João Pedro Rodrigues respondeu que supunha que não estaria isento da caução. O que acontecia era a existência de uma isenção para os lotes do Parque Empresarial de Tavira das tarifas de ligação. _____

---O Membro Antero Romeira concluiu que em Tavira os consumidores não-domésticos tinham que pagar a ligação, pelo que também sendo entidades comerciais que tinham o seu negócio a tinham que pagar. _____

---Relativamente à questão técnica pensava que o BE não se tinha explicado bem. Do que tinha lido relativamente ao pagamento dos cinquenta e dois euros, tratavam-se de facto, de duas realidades diferentes já que em Faro existiam entre trinta e quarenta mil consumidores, sendo que em Tavira eram apenas cerca de vinte e dois mil, o que, certamente representava custos adicionais à empresa. _

 22

---Quanto à prestação da caução era evidente que se tratava de uma segurança para a empresa pelos incumprimentos, que representavam apenas um por cento. Todavia, e pretendendo o Executivo dinamizar o Concelho, o que era visível, pretendia chamar à atenção para que aquela questão fosse tomada em consideração e, referindo-se ao seu caso específico, possuía um pequeno escritório, sendo que para fazer o contrato tinha que pagar os cento e sessenta e dois euros acrescidos de cinquenta e dois euros referentes à prestação de serviço. _____

---Como exemplo citava que tinha colegas no Concelho de Faro, em Almancil, que por algumas descargas e copos de água pagavam ente quinze e dezasseis euros enquanto a ele eram cobrados trinta e oito. Não queria dizer que a empresa não necessitasse, obviamente se não cobrasse também não conseguiria manter os custos com pessoal, a qualidade do serviço, entre outras. Mas, pedia que tivessem em consideração a questão empresarial já que estavam a tentar reanimar o Concelho do ponto de vista económico. _____

---O Presidente da Assembleia questionou se o Membro Artur Sanina se importava que fosse acrescentada a questão da recomendação à proposta, visto que tecnicamente, não poderia ser de outro modo. Assim a proposta que o BE já tinha apresentado na última sessão da Assembleia Municipal e que tinha transitado para a sessão atual seria *“O BE na Assembleia Municipal de Tavira propõe a recomendação à Empresa Municipal TaviraVerde da não obrigatoriedade da exigência de caução aos consumidores não-domésticos no momento da prestação de um novo contrato de prestação de serviços”*. _____

---Concluiu referindo que, com anuência do proponente, não se verificando mais questões, colocava a votação a proposta com a redação que tinha indicado. _____

---A proposta foi aprovada por maioria com dez votos a favor e dezassete abstenções. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que pretendia colocar uma pequena questão ao Executivo e, talvez, ao Presidente da Junta de Santa Maria e Santiago. Tinha passado pelo Jardim de São Francisco e verificado que tinha sido completamente podado. O Jardim continha um conjunto de árvores que tinham sido totalmente cortadas, nomeadamente, as que faziam uma espécie de túnel. Pretendia saber se existia alguma justificação para o facto. _____

---O Presidente da Câmara referiu que o Vereador José Manuel Guerreiro o tinha informado que se tratava de um plano de corte controlado promovido pela TaviraVerde. Não era engenheiro ambiental mas, geralmente, os planos de corte eram sustentados por equipas técnicas e costumavam resultar. Alguns planos eram mais agressivos que outros, ferindo a vista, contudo seguramente iriam verificar a questão. _____

---O Membro Filipe Lopes acrescentou que o tinha mencionado porque, de facto, chocava a vista e porque não tinha sido podado e sim cortado desconhecendo-se, pelo menos aparentemente, a existência de qualquer doença. _____

---O Membro Carlos Rodrigues referiu que pretendia colocar três questões ao Presidente da Câmara. A primeira questão relacionava-se com as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Já tinha reunido com o Presidente da Câmara, com a Vereadora Ana Paula Martins e considerava que o assunto estava bem encaminhado, contudo no dia anterior tinha sido interpelado por um membro na sua Assembleia de Freguesia relativamente às rendas das casas que deviam de ter recebido relativas ao período compreendido entre o mês de setembro até à presente data, uma vez que apenas na atual sessão iria ser votado o novo protocolo de competências. Mencionava aquela questão porque a Câmara Municipal ia transferir para as Freguesias a verba correspondente ao período de janeiro a abril que seria idêntica ao montante estabelecido no protocolo ainda em vigor, sofrendo um corte de, supunha, cinco virgula oitenta e seis por cento, valor imposto pelo Governo. Assim, questionava se a Câmara ia transferir aquela verba ao abrigo do protocolo ainda em vigor, porque não transferia também as rendas de casa com a mesma redução, uma vez que, pensava, quer a Junta de Freguesia de Santa Luzia, quer a Junta de Freguesia de Conceição/Cabanas eram as únicas freguesias que tinha parque habitacional e que, durante aquele período tinham tido que executar reparações nas casas. Apesar das casa serem propriedade do Município, no corrente ano tinham procedido à sua pintura o que tinha representado um investimento por parte da Junta de Freguesia e que, ao abrigo da Lei das Competências também não podiam fazer, porém não tinham deixado de o fazer. Assim, queria saber a razão por que sendo algumas verbas transferidas ao abrigo do protocolo existente, não podiam também ser transferidas as rendas das casas. _____

---O segundo assunto relacionava-se com as habitações sociais. Desconhecia se o regulamento da habitação social da Câmara tinha ou não sido alterado mas, em Santa Luzia, estava constantemente a ser confrontado por jovens já que existiam várias casas de habitação social, construídas a custos controlados e com verbas dos munícipes, que estavam a ser vendidas como casas de férias. Algumas casas estavam a ser adquiridas por pessoas que provavelmente tinham casa própria e estavam a comprar uma casa no parque de habitação social da Câmara. Além do que, parecia-lhe que a última casa que tinha sido vendida em Santa Luzia tinha sido adquirida por um casal de estrangeiros o que em nada abonava a favor da Câmara Municipal de Tavira uma vez que as pessoas, os jovens, se debatiam com imensas dificuldades para conseguirem adquirir uma habitação no mercado imobiliário devido aos elevados custos e ao que auferiam, mas que provavelmente conseguiriam adquirir uma casa de habitação social dado a Câmara poder exercer o direito de preferência naquelas aquisições. _____

---Continuou alertando para o facto de, não exercendo a Câmara Municipal o direito de preferência tinha que verificar a quem eram vendidas as casas, conforme estava claro no regulamento. O Gabinete de Ação Social da Câmara tinha que analisar a questão, até porque quem pretendia vender tinha, não apenas que comunicar à Câmara, mas indicar por que preço, tendo o Gabinete de Ação Social o dever de informar o Executivo se o comprador possuía casa própria, sendo que a Câmara se devia pronunciar


24


sobre se esta podia ou não ser vendida. Conhecia bem a questão até porque tinha trabalhado bastante tempo no Gabinete de Ação Social e verificava que presentemente quem tinha adquirido habitação por cinco ou dez mil euros, as estava a vender como casas de férias localizadas no bairro social, o que considerava muito triste. Claramente que as pessoas não questionavam o Presidente da Câmara sobre o que estava a acontecer, questionando antes o Presidente da Junta, até porque existiam cinco ou seis casas fechadas no bairro social que apenas eram habitadas no verão por altura das férias enquanto haviam casais a viver com os pais e outros familiares. Queria pois, chamar à atenção da Câmara para aquela questão. _____

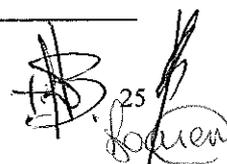
----O Presidente da Assembleia sugeriu que o Membro Carlos Rodrigues fosse mais sucinto por questões do tempo de intervenção de que dispunha. _____

----O Membro Carlos Rodrigues referiu que, para terminar, apenas queria referir-se a um problema grave que tinha e que estava a ser acompanhado tanto pelo Presidente da Câmara, como pelo Vereador José Manuel Guerreiro. Tratava-se da rampa dos pescadores para a qual não existia um regulamento que previsse sanções para os incumpridores. Estavam, há cerca de um ano, a aguardar que o Gabinete Jurídico da Câmara preparasse um regulamento para a rampa de Santa Luzia e Cabanas o que ainda não se tinha verificado. Assim, tinha pescadores que não tinham abrigos e outros que não sendo pescadores tinham abrigos. Aquela situação verificava-se porque ao venderem os barcos, os pescadores também entregavam os abrigos, sendo aqueles entregues a pessoas da Fuzeta ou Vila Real de Santo António. Considerava que aquela situação não podia continuar e mesmo pretendendo atuar, a Polícia Marítima não o podia fazer por não existir uma regulamentação e sanções para os não cumpridores. _____

----Para concluir, disse que pretendia questionar sobre os desenvolvimentos daquela questão dada a existência de uma enorme confusão em Santa Luzia relativa aos apoios de pesca, à rampa, aos regulamentos e novos contratos. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que relativamente às rendas de casa pretendia dar uma maior explicação para que os membros da Assembleia percebessem a dinâmica daquela questão. _____

----As rendas de casa não tinham um valor fixo para as Juntas de Freguesia de Santa Luzia e Cabanas sendo que dependiam do valor arrecadado pela Câmara, ou seja, das rendas pagas pelos moradores cujo valor correspondente era transferido trimestralmente para a respetiva Junta de Freguesia. Tal não se verificava para outras Juntas de Freguesia onde a Câmara tinha bairros sociais, como fossem Santa Maria/Santiago ou Santa Catarina porque o seu antecessor não tinha colocado como opção não existindo, por isso, um valor protocolado correspondente às rendas de casa mas apenas um suplemento, pago por acordo. Assim, aquela decisão, autorização para a transferência do valor das rendas era aprovada à parte, geralmente na sessão de Câmara onde eram aprovados os apoios às freguesias, sendo por isso questões diferentes. _____

 25

---O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia tinha referido que estas tinham sido pagas até agosto passado. Tinham liquidado até ao limite aprovado porque contabilisticamente não tinham qualquer dívida para com as Juntas de Freguesia, contudo, admitia que até à entrada em vigor da Lei 75/2013, com o novo regime, tivesse havido uma décalage entre o mês de agosto e setembro. Admitia pois, poder liquidar aquele valor, calculado sobre o valor das rendas de casa cobradas entretanto, sendo a partir daí pago no âmbito do novo contrato interadministrativo. _____

---Naquela sessão da Assembleia Municipal ia ser deliberado um contrato interadministrativo para Santa Luzia que também tinha optado pelo recebimento das rendas de casa, cujo valor já não era oscilante mas sim fixo, sendo o pagamento efetuado em função do mesmo. Contudo, obviamente que admitia verificar, e tinha que apresentar em sessão de Câmara pois não havia lugar a um pagamento por não existir qualquer verba por liquidar, e contar com a colaboração dos Vereadores, pois admitia que relativamente ao ano transato pudesse existir um mês cujo valor não tinha sido transferido resultante da data de entrada em vigor da Lei 75/2013 que tinha alterado todas aquelas regras, e cuja transferência de determinada verba que não incluía as rendas de casa, mas apenas o valor médio correspondente sujeito à redução dos cinco virgula oitenta e seis por cento tinha sido deliberada por unanimidade em sessão de Câmara de modo a compensar a Juntas de Freguesia pelos investimentos efetuados, e por estarem, de alguma forma a aguardar a formalização dos contratos de execução. O procedimento que adotassem para Santa Luzia seria igual para Cabanas. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que no mês de maio seguinte retomariam o contrato interadministrativo celebrado entre a Junta de Freguesia e a Câmara que compreendia um valor para o tratamento da habitação social, o que, por exemplo, não tinha sido opção do Presidente da Junta de Conceição/Cabanas que tinha prescindido, ficando a Câmara com a responsabilidade da habitação social. _____

---Quanto à venda das habitações no bairro social, a Câmara não estava a exercer o direito de preferência, o que não acontecia relativamente a qualquer casa que fosse vendida. Presentemente, a Câmara tinha quinhentos e noventa e cinco fogos de habitação social e, desde que era Presidente da Câmara, que não tinha sido lançado qualquer processo global de venda de habitações sociais, todavia também não estavam a exercer o direito de preferência. Tinham vendido alguns fogos por proposta de particulares que tinham querido comprar, tendo sido aplicada uma tabela. Relativamente à questão apontada tinham que analisar, pelo que pedia ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que após aquela sessão da Assembleia reunisse com a Vereadora Ana Paula Martins, que presentemente tinha o pelouro, no sentido de identificar claramente com a sua tipologia, quais as casas que eram venda particular ou venda da Câmara para que em próxima sessão pudessem ser cabalmente esclarecidos os casos identificados. _____

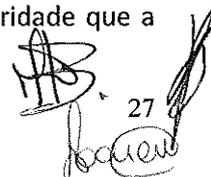

26

---O Membro Carlos Rodrigues referiu que não iria identificar todos os casos até porque a Câmara os possuía uma vez que qualquer comprador de uma habitação social tinha que questionar a Câmara sobre se pretendia ou não exercer o direito de preferência. O Gabinete da Ação Social tinha conhecimento de quais eram as habitações e se a Câmara exercia ou não o direito de preferência para depois vender. O que acontecia era que a partir do momento em que a Câmara não exercia aquele direito, não fiscalizava a quem eram vendidas as casas, o que não estava de acordo com a regulamentação, legislação existente. Ninguém que tivesse habitação própria podia adquirir uma casa de habitação social. Tinha há dez anos adquirido a sua casa e se a pretendesse vender, como anteriormente já tinha acontecido quando tinha escrito uma carta ao Presidente da Câmara a solicitar autorização para vender a sua casa, o que depois não se tinha concretizado, tinha que solicitar novamente autorização e informar a quem iria vender de modo a que a Câmara pudesse analisar se o comprador reunia ou não as condições para a comprar, o que não estava a ser aplicado, pelo que a Câmara estava a autorizar a venda de casas de habitação social a pessoas que tinham casa própria. Anteriormente aquela situação era verificada nas finanças através do número de contribuinte do comprador e agregado familiar. _____

---Para concluir, referiu que queria chamar à atenção para aquela situação, que não pretendendo prejudicar nem a Câmara nem o Executivo Municipal, tinha levantado por estar a ser confrontado sobretudo por jovens que estavam a viver em casa dos pais ou outros familiares. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que precisamente pela preocupação demonstrada é que solicitava à Vereadora Ana Paula Martins e aos técnicos que identificassem os casos. Já não era a primeira vez que o Presidente da Junta de Freguesia lhe transmitia aquela situação, porém não tinha consciência de estar a proceder de forma errada relativamente ao regulamento, mas tendo sido levantada a questão naquela Assembleia, os membros não deveriam de ficar com quaisquer dúvidas, pelo que, solicitava à Vereadora Ana Paula Martins que trabalhassem de modo a elaborarem uma lista para verificarem do que se tratava e quais as tipologias. Concluindo-se que o procedimento da Câmara não estava a ser correto, seguramente seria alterado de acordo com o regulamento. _____

---Relativamente à terceira questão sobre a rampa dos pescadores e dos apoios de pesca seriam alvo de contrato interadministrativo. Ia apressar a elaboração do regulamento também porque já possuíam os pareceres e porque ao se verificar uma deliberação favorável daquela Assembleia, a partir do dia um do mês de maio seguinte, a Junta de Freguesia de Santa Luzia, por força do contrato interadministrativo passaria a estar encarregue da gestão e manutenção dos apoios de pesca e rampa dos pescadores sendo que a Câmara também passaria a transferir uma verba para que, em delegação de competências a Junta de Freguesia de Santa Luiza, com autonomia, fizesse aquela gestão. Obviamente que necessitava da proposta do regulamento e existindo o contrato interadministrativo, possivelmente a responsabilidade da Câmara aumentaria, sendo que tinham como prioridade que a

 27

Junta de Freguesia de Santa Luzia dispusesse de todas as ferramentas para uma gestão conveniente daquele espaço, até porque não pretendiam que a gestão se resumisse ao pagamento das despesas. _

----O Presidente da Assembleia referiu que já tendo sido abertas exceções naquela Assembleia, pois normalmente era apenas o Presidente da Câmara que falava, todavia já tendo os Vereadores falado, cedia a palavra ao Vereador José Estevens. _____

----O Vereador José Estevens referiu que a questão relativa à habitação social levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia lhe parecia uma questão de extraordinária importância porque a habitação social tinha um custo público e social incorporado, pelo que tendo toda a propriedade uma função social aquela tinha-a acrescida. Considerava que se a Câmara Municipal não exercesse o direito de preferência daquelas situações de modo a poder resolver outros problemas de habitação social e permitisse que passassem a ser propriedade de qualquer pessoa, para o que muito bem entendesse, estava a efetuar uma gestão errada. Portanto, pensava que era de vital importância que o Presidente apurasse as situações e sempre que o Município tivesse disponibilidades financeiras, como até parecia que tinha, exercesse o direito de preferência porque aquele era um bem que devia pertencer à Câmara para permitir a resolução de problemas sociais que diariamente se colocavam. _____

----Para concluir, mencionou que era aquela a recomendação que pretendia fazer ao Presidente da Câmara porque, de facto, se tratava de uma situação incómoda a de se saber da existência de famílias e, especialmente, jovens, como tinha sido apontado pelo Presidente de Junta de Freguesia, com carência daquele bem que era essencial e que a Câmara de modo distraído não exercia o direito que, naturalmente era da maior importância para a comunidade tavirense. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções, informou que iriam entrar na Ordem de Trabalhos, com o ponto número um, sobre a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _____

----O Presidente da Câmara informou que, de uma forma muito resumida ia apresentar a atividade municipal decorrida desde o passado mês de fevereiro até aquele dia. _____

----Indicou um conjunto de exposições, alguns passeios no âmbito da Dieta Mediterrânica que tinham tido uma atividade muito interessante e muita adesão e os passeios da história de Tavira. _____

----Estavam também a realizar com o Museu, um concurso de fotografia que tinha sido aberto por ocasião da comemoração do Dia dos Museus. Tinham tido lugar naquela biblioteca, um conjunto de exposições, nomeadamente a exposição dos quarenta anos do vinte e cinco de abril. Tinha também sido inaugurada, no Quartel da Atalaia, a exposição de Ernesto Melo Antunes que estava a decorrer. _

----Referiu a participação de Tavira na BTL – Feira Internacional de Turismo em Lisboa que tinha ficado integrada no pavilhão do Algarve. _____


28

---Estava a decorrer, terminando no dia vinte e sete seguinte, o Festival de Gastronomia Serrana, sendo que no mesmo dia se iniciaria o Festival de Gastronomia do Mar. Quanto à Mostra da Primavera iria ter o seu segundo momento com as comemorações do vinte e cinco de abril, dos dias vinte e cinco a vinte e sete de abril. _____

---Relativamente à Semana Santa, pensava que no corrente ano tinha sido bastante participada, talvez um pouco mais do que em anos anteriores, possivelmente resultado de muitos que se tinham deslocado ao Algarve por aqueles dias. Mostrou fotografia da Procissão do Triunfo e do Concerto de Páscoa pela Orquestra Clássica do Sul. _____

---Referiu-se àquele que era um grande sucesso no Concelho, o Programa Desporto para Todos que, no corrente ano, tinha sido reforçado em mais três valências com cada vez maior número de participantes. Era uma alegria ver tantas pessoas a entrarem naquele programa que era organizado pela Casa do Povo de Santo Estevão. _____

---Passando a uma iniciativa mais recente, que acontecia todas as quartas feiras, o *"Todos a caminhar sob as estrelas"* destinava-se aos que gostavam de caminhar. Uma outra componente do programa era o *"Todos a pedalar"*. _____

---Tinham-se realizado três provas de BTT, a *"Abas da Geada"* em Santa Catarina, *"Terras da Conceição"* e o *"Algarve Bike Challenge"* em Tavira, organizado pela Associação Clube BTT Conceição de Faro. Todos tinham tido muito público e sido sessões muito concorridas com a participação de várias centenas de atletas, seguramente cerca de três centenas em Santa Catarina e Conceição e quatrocentos e oitenta em Tavira. _____

---Quanto à Música nas Igrejas continuava a acontecer mas iria parar por altura do verão. Referiu ainda que se tinha realizado um conjunto de conferências. _____

---Passando ao tema de obras e urbanismo disse que estava a decorrer o concurso, já em fase de propostas, para a requalificação da Frente Ribeirinha. O preço base era de cerca de cento e setenta e cinco mil euros para requalificar a zona da Rua José Pires Padinha. Tratava-se de um projeto já aprovado pelo PO - Programa Operacional Regional e que seria composto por duas fases. O que pretendiam naquela fase era retirar os estacionamento e criar uma zona pedonal com luminárias novas e árvores, passando os lugares de estacionamento para o fundo da rua. A Docapesca, enquanto ali estivesse, ficaria com cinco lugares de estacionamento afetos e o projeto também compreendia uma paragem para um autocarro. Era aquele o projeto que estava em concurso. _____

---A outra fotografia do diapositivo referia-se à muralha da Rua dos Pelames que iria ser alvo de reabilitação na parte que estava visivelmente degradada. Também estava aprovada pelo PO Regional tendo financiamento a sessenta e cinco por cento. O concurso já se encontrava aberto. _____

---Seguidamente, o Presidente da Câmara, referiu-se a uma sala do Palácio da Galeria cuja reabilitação se destinava a possibilitar a guarda, naquele local, das reservas do Museu, mas que presentemente se

encontrava em elevado estado de degrada o. Tinha sido aberto concurso e também se encontrava aprovado pelo PO. Tratava-se de uma interven o no valor de cerca de setenta e três mil euros. _____

----Também tinha sido lançado concurso para todos os parques infantis das escolas, nomeadamente, o Jardim de Infância O Eco, a Escola D. Manuel I, a Escola de Cabanas e da Concei o e o Centro Escolar da Horta do Carmo por forma a eliminar as caixas de areia e colocar material de desgaste para que as crianças pudessem brincar. Pretendiam também intervir ao nível dos pavimentos, baloi os e equipamentos, para o que j  tinha sido lan ado concurso no valor de cento e quarenta e seis mil euros, encontrando-se em fase de propostas. Esperavam que a interven o fosse realizada até ao final do verão por forma a prepararem o próximo ano letivo, sendo que o próprio espaço que iriam inaugurar no dia seguinte, na Escola de Cabanas, que presentemente era em cimento iria, no âmbito daquele concurso, ser alvo de interven o para a coloca o de um conjunto de materiais para as crianças poderem brincar. _____

----Seguidamente informou que, no momento, estava a decorrer um concurso para a ilumina o decorativa da Rotunda das Salinas, a Rotunda das Oliveiras, para que as árvores tivessem luz indireta, sendo que as Estradas do Algarve tinham colocado mais uma condicionante que iria encarecer bastante a obra, pois exigiam a coloca o de rails de prote o em toda a envolvente no sentido de proteger os ciclistas, os motociclistas e os automóveis. O concurso estava a decorrer, tinha um valor de cerca de trinta mil euros e seguramente estaria concluido até ao verão. _____

----No dia seguinte iriam inaugurar o Parque Verde do S qua e a segunda obra, a pavimenta o até   EN 125. Tinham lançado uma terceira fase cuja interven o seria desde a entrada do casario da Rua João Vaz Corte Real até   Praça Dr. Ant nio Padinha, Jardim da Alagoa, com um valor estimado de duzentos e vinte mil euros e cujo concurso tinha sido aberto na semana anterior encontram-se em fase de convite. Esperavam que até ao verão tivessem uma perspetiva sobre a data de início da obra. _

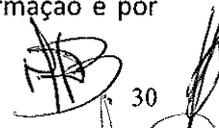
----Quanto   Igreja das Ondas já tinha algumas talhas e, entretanto, tinham lançado concurso para intervir no edifcio do Compromisso Marítimo contiguo   Igreja. Tinha sido lançado concurso para uma interven o no Coro Alto da Igreja de modo a esta ficar completamente recuperada. _____

----Há dois ou três dias atrás tinha-se iniciado, agora com mais vitalidade, a reabilita o ou reconstru o do acesso a Cabanas para o alargamento do troço da via que, certamente, não iria estar pronto até ao verão, que era a ideia inicial, mas com certeza que iriam conseguir gerir para que o acesso a Cabanas fosse concluido. _____

----O Presidente da Câmara concluiu mostrando fotografia da conclusão do refeitório da Escola de Cabanas e de uma interven o nas águas e esgotos de uma casa. _____

----Mostrou o programa das comemora es do vinte e cinco de abril que já era conhecido. _____

----O Membro José Graça referiu que, primeiramente gostaria de cumprimentar o Presidente do Executivo Municipal pelo conjunto de trabalhos que tinham sido apresentados na informa o e por


30

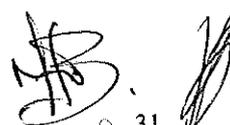
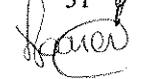

todo o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal ao longo dos últimos dois meses, desde a última sessão da Assembleia Municipal, contudo queria reforçar o convite que o Presidente da Câmara já tinha dirigido não apenas aos membros da Assembleia Municipal mas a todos os presentes. _____

---Por aqueles dias, Tavira prestava homenagem a um dos seus filhos mais distintos e que tinha tido um papel relevantíssimo na transição democrática, não apenas em Portugal, mas também nas antigas colónias portuguesas. Assim, deixava ali um convite para que todos visitassem a exposição que estava patente no Quartel da Atalaia sobre a vida e obra de Ernesto Melo Antunes. Não tinha nascido em Tavira, mas sempre a considerava como sua terra natal, pelo que, enquanto tavirenses, enquanto pessoas que alimentavam o espírito da democracia na atividade quotidiana deviam-lhe aquele dever de memória de visitar a exposição e aprender mais sobre a sua vida. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que iriam passar ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos sobre a ratificação do Regimento da Assembleia Municipal que tinha sido distribuído. Como os membros sabiam, tinha sido criada uma Comissão com todos os representantes dos vários partidos e grupos municipais presentes naquela Assembleia Municipal. Passava a palavra ao Membro José Graça para que fizesse uma breve síntese do que tinha sido discutido e estava apresentado, para depois poderem esclarecer alguma dúvida que ainda pudesse subsistir. Aquele seria o Regimento que os iria reger nos próximos tempos, que esperava largos, pois considerava-o muito sucinto e bem feito, todavia tratava-se de um documento que a qualquer altura, se chegassem à conclusão que seria necessário, poderia ser alterado. Na sua opinião que tinha assistido a algumas das reuniões da Comissão, parecia-lhe um documento muito bem elaborado. _____

---O Membro José Graça mencionou o objetivo da Comissão eventual que tinha acompanhado os trabalhos da revisão do Regimento da Assembleia Municipal, para além da sua compatibilização com o novo regime jurídico da Autarquias Locais, tinha sido o de dar cumprimento a um conjunto de propostas e de compromissos assumidos pelas forças políticas daquela Assembleia Municipal no último período eleitoral. Essencialmente tinham sido introduzidas algumas alterações à proposta inicial decorrentes de propostas apresentadas por todos os partidos representados, até porque todos tinham estado presentes na própria Comissão. _____

---Estavam essencialmente relacionados com a Conferência de Representantes, com a participação dos munícipes no início das reuniões, ou não, já que a partir daquele momento passava a ficar ao critério do Presidente da Assembleia tornando-se obrigatória a inscrição prévia dos munícipes interessados em participar na mesma. Tinha ainda sido introduzida a criação de um espaço razoável para o envio da documentação que permitisse a todos os membros fazerem a sua análise de forma mais atempada. Tinha sido criado um prazo de reserva de aproximadamente vinte e quatro horas, para a apresentação prévia de moções e declarações de voto na Assembleia Municipal, bem como a


31


criação de um debate sobre o estado do Concelho e a clarificação da possibilidade dos próprios eleitores convocarem uma Assembleia Municipal, situação que já se encontrava garantida por Lei. ____

----Quanto aos casos em que se tornava fastidioso tinham remetido para a própria Lei e procurado que aquele fosse um instrumento de trabalho que servisse para dignificar o papel daquela Assembleia Municipal. _____

----Para terminar referiu que pretendia agradecer a colaboração dispensada pelos serviços jurídicos do Município na fase inicial dos trabalhos e dar nota do espírito construtivo dos trabalhos da Comissão eventual na qual o Presidente da Assembleia lhes tinha dado a honra de participar em determinada fase dos trabalhos. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes se pretendia pronunciar, que não se verificando colocou o Regimento na sua versão final a votação, que foi aprovado por unanimidade. ____

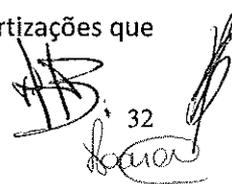
----Passou ao ponto número três sobre a apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2013 da EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M. informando que aquele ponto se destinava apenas a apreciação não havendo lugar a votação. _____

----O Presidente da Câmara referiu que aquela era uma questão regulamentar de que as contas das Empresas Municipais tinham que ser do conhecimento e apreciadas no contexto da Assembleia Municipal, o que considerava positivo. _____

----O resultado operacional da EMPET era negativo, sendo que aquele facto já tinha levado a que a Câmara Municipal tivesse transferido para a EMPET o montante de quatrocentos e treze mil euros correspondente ao valor dos prejuízos consolidados na parte da Câmara, o que pretendiam evitar relativamente à TaviraVerde, sendo que o sócio privado também tinha que transferir a sua parte correspondente. Como sabiam, estavam a trabalhar num conjunto de cenários para que a EMPET, que não tinha sido criada pelo atual Executivo mas a que, obviamente, não podiam ser indiferentes embora objetivamente não tivesse sido criada ou perspectivada por eles e, quando tinham iniciado funções tinham-se deparado com um volume de investimento enorme para a execução dos dois parques. Tinha tentado resolver a questão mas a empresa carecia de vendas de lotes que, como sabiam, devido à quebra do mercado imobiliário não estava a ser fácil. Todavia existiam alguns negócios que estavam a ser perspectivados, mas tinham em mãos um sério problema para as contas da Câmara. _____

----Aquela empresa tinha reduzido cinquenta por cento do seu pessoal e visto a sua atividade reduzida ao mínimo, à exceção da venda de lotes, que era absolutamente necessária. Alguns dos negócios que iam ser formalizados tinham sido realizados no modelo de alavancagem, mas a situação era complexa.

----O endividamento da empresa tinha reduzido substancialmente, porém o problema era contabilístico pois não bastava dispor de verba para pagar as despesas diárias, para o que a empresa tinha liquidez. O problema da contabilidade encontrava-se no violentíssimo plano de amortizações que


32

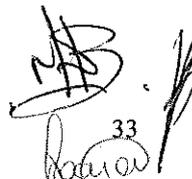
tinha e que conduzia a um resultado operacional negativo. Para que os membros tivessem uma ideia, aquela empresa tinha-se iniciado com um capital social de cerca de quinhentos mil euros tendo investimentos alavancados no setor bancário superiores a treze milhões de euros, o que estavam a liquidar apesar da quebra da receita. _____

---Não sendo um resultado positivo, pelo contrário era negativo, e tendo a Câmara que injetar verba na empresa para que conseguisse sobreviver, existia um outro plano com uma nova legislação que colocava em perigo a empresa pois se alcançasse resultados negativos mais do que um ano ou não tivesse vendas, nos termos da Lei 50 aprovada pelo Governo, a empresa extinguir-se-ia, sendo que as contas negativas consolidariam na Câmara Municipal. Era pois um perigo potencial para o que seguramente todos tinham engenharias financeira magnífica para resolver. Que acreditassem que também as tinham e tinham tentado resolve-las, mas havia algo que tinha que acontecer pois sem dinâmica económica, sem compradores, sem a banca a poder disponibilizar verba para investir, sem perspectivas de negócio, obviamente que o "for business" da empresa não seria tão fácil assim. Tinha dado indicações e estavam a estudar cenários relativos à empresa que se constituía como um problema que não tinha sido criado por eles, que vinham tentando resolver mas que, verdadeiramente e com clareza, não estava fácil pelo que assumiam aquela dificuldade. _____

---A verba já tinha sido transferida porque, felizmente, a Câmara Municipal tinha efetuado uma gestão rigorosa já acautelando com antecipação o que potencialmente poderia vir a acontecer. Estavam a escrutinar a empresa ao mês para tomarem conhecimento dos acontecimentos. Tinham perspectivas de negócio em carteira e esperavam que as escrituras chegassem a tempo para poderem apresentar vendas mas, obviamente que tinha que ser verdadeiro porque a verdade que resultava do relatório era claríssima. Aquela empresa tinha problemas sérios constituindo-se como um dos principais problemas que tinham para resolver. Seguramente seria melhor que vendessem todo o parque de uma só vez, mas como não podiam constituir parcerias público privadas, como não podiam ou fazer contabilidade criativa, como tinha sido efetuada em tempos que tinha onerado a geração futura, nomeadamente a sua própria, tendo que se confrontar com determinada realidade tal como outros Presidentes de Câmara. _____

---Para concluir, o Presidente da Câmara referiu que como não podiam inventar porque o Governo também tinha diminuído grande parte das margens de liberdade dos Executivos Municipais e, verdadeiramente, como também não pretendiam deixar o ónus para que os próximos pagarem, aquela era a situação em que se encontravam. Os resultados operacionais eram negativos mas estavam a trabalhar afincadamente no sentido de que a situação se pudesse inverter. _____

---O Membro Antero Romeira mencionou que considerava que o Presidente da Câmara tinha efetuado uma apreciação sintética do problema que representava a EMPET, que tinha apresentado


33

resultado negativo de cerca de trezentos e trinta mil euros. Tinha lido com atenção o relatório de gestão, no qual se revia por gostar de estudar aquela área, que considerava muito bem elaborado. ____

----Desconhecia as estratégias de comunicação e divulgação da EMPET anteriormente adotadas, mas pensava que relativamente à presente estava a ser efetuado um bom trabalho, sendo que apenas daquele modo o problema poderia ser ultrapassado. _____

----Considerava que não bastava irem para ali com ideias bonitas ou moções engraçadas pois cabia a todos os tavirenses lutarem para ultrapassar as dificuldades da empresa. Tinha trabalhado para a campanha de divulgação da EMPET, não tendo conseguido traduzir um comunicado sueco que já tinha chegado a seis mil famílias suecas no sentido de tomarem conhecimento da existência de um Parque Industrial em Tavira para que, face à legislação atual para não residentes com profissões de valor acrescentado, investissem ali, até porque tinha verificado que Tavira se constituía muito à base de microentidades. _____

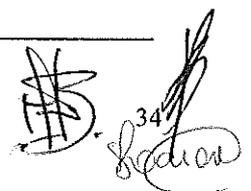
----Tinha questionado o Vereador João Pedro Rodrigues sobre o auxílio que poderia prestar relativamente ao tarifário da TaviraVerde porque considerava a estratégia comercial muito boa pelo magnífico trabalho quanto ao licenciamento zero, e à isenção do pagamento das taxas de ligação por parte da TaviraVerde. _____

----Todavia pretendia formular algumas perguntas sobre questões que poderiam constituir-se como um agravamento dos problemas que, certamente preocupavam a Administração. Quanto às demonstrações financeiras concordava que estavam claríssimas, não existindo quaisquer manobras contabilísticas, porém havia duas questões que o preocupavam. _____

----Conforme constava no parecer da certificação das contas, pelo ROC - Revisor Oficial de Contas e relativamente ao contencioso com o empreiteiro ou subempreiteiro, a EMPET tinha ganho em primeira fase, contudo alertava que não estando o processo totalmente concluído poderiam advir consequências sérias caso não fosse decidido a favor da empresa. Tendo aquele sido um trabalho iniciado pelo PSD, gostava de ouvir a bancada pronunciar-se relativamente à questão. _____

----Tinha lido no relatório que a Casa Santos Lima – Companhia das Vinhas, SA tinha adquirido um lote e que tinha sido celebrado um contrato de cedência de direito de superfície com a Driscoll's, empresa que comercializava e distribuía frutos vermelhos, pelo que, pensava que a estratégia tinha sido alterada, provavelmente pela dificuldade em vender, sendo que ao verificar-se o interesse por parte de um investidor, a questão seria negociada. Gostava de saber se, de facto assim era, ou se passava apenas pela venda porque, se assim fosse, o prejuízo dos cerca de trezentos mil euros do ano em apreço, manter-se-ia no ano seguinte. _____

----Tinham formalizado uma candidatura ao PO Algarve21 cujo valor total do cofinanciamento era de três milhões, setecentos e cinquenta mil euros, relativamente aos quais tinham apenas recebido três milhões de euros. _____

 34
Sectra

---No relatório, constavam alguns deferimentos de proveitos que a não existirem representariam um prejuízo de entre setecentos a oitocentos mil euros. _____

---Para concluir, referiu que na sua opinião havia que trabalhar, que se preocuparem todos porque o Parque era importante para o desenvolvimento, muito embora de acordo com a sua matriz política fossem adversos ao capital, mas não considerava ser aquele caso porque estavam a falar em empresas que criavam riqueza para que todos pudessem viver em melhores condições. _____

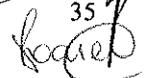
---Era pois, sobre aquelas questões que pretendia ouvir alguma explicação técnica, já que muito dependiam da forma como o investidor se apresentava podendo ser negociada a forma de comercialização dos lotes. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que a estratégia da EMPET já há bastante tempo tinha deixado de ser uma estratégia de compra e venda de lotes porque no ano de dois mil e nove, o preço médio de venda de lotes que estava alavancado no valor das hipotecas, era de cento e noventa e seis euros o metro quadrado, o que representava um valor demasiado elevado por metro quadrado. Assim, tinham procedido a um grande trabalho de redefinição, de engenharia e de contatos com a Banca no sentido de com a redistribuição do valor das hipotecas, aferindo quais os lotes mais aprazíveis e tentando conjuntamente com a Banca, nomeadamente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, conseguir um ponto de equilíbrio para que pudessem ser competitivos. _____

---Quando tinham iniciado funções, a EMPET possuía um crédito bancário vencido no valor de setecentos e cinquenta mil euros para com o Barclays que ainda não tinha sido comunicado ao Banco de Portugal o que implicaria a extinção imediata da empresa. Presentemente, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio era o único credor bancário da EMPET em alguns milhões de euros, não existindo dívidas de curto prazo. _____

---Já há algum tempo que tinham abandonado a ideia de vender os lotes porque se tornava extremamente difícil devido ao mercado se encontrar em baixa, tendo entrado numa fase de alavancagem com projetos estruturantes. A Casa Santos Lima tinha pretendido adquirir, pelo que suponha que os projetos de construção de uma adega para a produção de vinhos entrariam na Câmara até ao final do ano. _____

---Quanto à Driscoll's, a empresa mãe dos frutos vermelhos, cujo "boom" estava a acontecer, iria instalar em seis lotes uma unidade de frio, de embalagens entre outras, num modelo que não tinha sido a compra, mas o arrendamento, não se verificando, por isso, qualquer depreciação ou perda de ativo da empresa mas o recebimento de uma renda que, com o início da exploração, permitia a obtenção de receita. Porque se verificavam outras oportunidades de negócio, esperavam concretizá-los com a Driscoll's com quem estavam a negociar a diferença pelo valor dos lotes porque não tinham condições de em qualquer momento estarem a arrendar espaços. _____


35


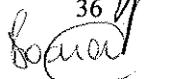
---Verificando-se a necessidade da EMPET realizar alguma receita, a Administração estava disponível para avaliar o negócio que o empresário pretendesse efetuar, tendo que trabalhar na questão, porque o mais importante era que o investimento acontecesse e existindo o Parque, teriam que aproveitar, sendo que relativamente a isso estavam a ser muito dinâmicos. Todavia as contas traduziam o que traduziam e quanto a isso não existiam quaisquer dúvidas. _____

---No que se referia à estratégia de alavancagem do empreendedorismo e da captação de empreendedores, todos sabiam que a derrama tinha deixado de existir o que, no ano de dois mil e nove, tinha representado um valor de seiscentos mil euros no Concelho de Tavira, que considerava um valor interessante apesar do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ter diminuído porque os impostos eram elevados, sendo que se lançassem novamente a derrama a um e meio por cento, provavelmente obteriam algumas centenas de milhares de euros. Não tinham a derrama o que representava um valor competitivo importante principalmente quando outros Municípios concorrentes estavam a lançá-la. _____

---Quanto à questão das taxas com a TaviraVerde e com o Município tinham como estratégia que, no ano seguinte, não haveria lugar ao pagamento e taxas de licenciamento no caso dos investimentos serem realizados até ao final do ano. Assim, havia um conjunto de incentivos em que a Câmara, obviamente perdendo receita o que já não estava em causa, pretendia convidar os empresários a estabelecerem-se ali, porque não podiam ficar à espera que a possibilidade de negócio aparecesse. Estavam pois a efetuar visitas, mas sobretudo estavam a tentar ser mais abrangentes e abertos às oportunidades de negócio quaisquer que elas fossem. _____

---Assim, tendo aquela estratégia há algum tempo, cujo “payback” do investimento era “à la longue”, tinham sido surpreendidos pela Lei 50/2012 do Governo cujas diretrizes iam no sentido de que se as vendas fossem inferiores à receita ou se verificassem perdas durante três anos a empresa seria extinta. O Governo era inimigo das empresas municipais pretendendo que regressassem ao património das Câmaras o que, por vezes não era possível porque no contexto da história do impulso económico, as empresas municipais tinham servido para várias situações, entre as quais, para serem mais ágeis na promoção do investimento, entidades novas com algum património, a banca com bastante dinheiro e a querer promover, entre outras, ou também tinham servido para criar alguns lugares para amigos e todas as questões conhecidas por todos. _____

---Referiu que aquela realidade tinha sido criada ao longo de anos enquanto a realidade dos cortes seria para aplicar no imediato, o que criava seríssimos problemas às empresas porque se tratava de uma alteração radical das circunstâncias do plano de negócios. A empresa tinha tido muitas dificuldades para iniciar sendo que o Parque Industrial apenas tinha ficado concluído já ele era Presidente de Câmara há dois anos, mas tinham o mesmo Conselho de Administração, Eng.º. Teixeira


36


de Azevedo até que estivesse concluído, sendo que depois, ao entrarem numa fase de promoção tinham, como era do conhecimento, substituído o Conselho de Administração da empresa. _____

---O Presidente da Câmara mencionou que o Membro Antero Romeira tinha falado no risco potencial da ação do Consórcio – Alexandre Barbosa Borges, SA e Domingos da Silva Teixeira que, obviamente representava vários riscos. Verificariam como finalizava a ação judicial por eles interposta cujo âmbito tinha na sua génese a movimentação de terra e terra retirada. A empresa alegava ter retirado mais terra e a EMPET que esta tinha tirado menos, sendo que o Tribunal decidiria o que, de facto, tinha sido retirado e qual a dívida existente. _____

---Por outro lado, também pretendia informar que existia outra situação complicada. O concurso de construção do Parque tinha sido efetuado sem o visto do Tribunal de Contas, porque tendo a Lei alterado, por uma diferença de dois meses não tinham obtido o visto, o que representava um problema potencial para a empresa que estavam a tentar resolver com a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. _____

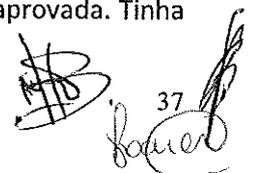
---Como se podia concluir tratava-se de um caminho muito difícil o que tinham vindo a tentar percorrer, com discrição e na expectativa de que a operação corresse bem, a bem do Concelho de Tavira, porque se aquela empresa consolidasse na contabilidade da Câmara não seria apenas o ativo, mas todo o passivo que representava uma verba bastante elevada. A Câmara até tinha verba disponível e estava a preparar-se para as eventualidades, porque conheciam o risco, dado terem tempo suficiente para saberem do que dispunham e quais as possibilidades da situação correr muito bem ou correr mal. _____

---Com a decisão judicial a questão podia complicar-se o mesmo se verificando quando da entrada em vigor uma nova legislação, como o Governo tinha feito e que ninguém tinha pedido. _____

---Em conclusão referiu, para que não restassem dúvidas, que se a situação corresse pelo melhor, seria para todos, todavia se corresse mal seguramente seria para alguns, pois geralmente existem muitas formas de “enjeitar a carga” quando as coisas corriam mal. No que lhe dizia respeito assumia sempre a sua responsabilidades e queria que soubessem que tudo estavam a fazer para sanar aquela empresa para que aquele défice não consolidasse nas contas da Câmara, pelo menos por agora, porque a Câmara não estava ainda preparada para tal. _____

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 40/2014/CM, referente à Estratégia de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira – Versão Final. _____

---O Presidente da Câmara disse que aquele era um documento que qualquer Presidente de Câmara gostava de apresentar. Tratava-se da estratégia de reabilitação do Concelho de Tavira que já tinha sido ali apresentada, tinha estado sujeita a discussão pública, sendo que apresentavam a versão final que tinha tido alguns contributos. A ARU – Área de Reabilitação Urbana felizmente estava aprovada. Tinha

 37

um conjunto de operações associadas que levariam à isenção de taxas municipais para os empresários ou para quem pretendessem reabilitar as suas casas no Centro Histórico que, presentemente estavam bastante degradadas, muitas delas a ruir. _____

---O que tinham feito tinha sido alterar e agregar toda a zona numa única ARU de cerca de sessenta e seis hectares onde tinham identificado cada prédio e as possibilidades de investimento, para o que a Câmara facilitava a isenção de taxas aos empresários que pretendessem reabilitar as casas. O que pretendiam não era ter taxas, mas antes ter as casas reabilitadas, sendo que sabiam que o Centro Histórico enfrentava grandes dificuldades. Pretendiam ainda terminar com a oneração de trinta por cento relativa à majoração do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

---Assim, no documento que apresentavam para aprovação tinham introduzido mais dez prédios relativos às matrizes porque o que importava era que as casas fossem reabilitadas. Recentemente devido à chuva tinha abatido uma casa junto ao Parque Verde do Séqua e, como os proprietários estavam ausentes, tinha tido que mandar desobstruir e providenciar para que o restante não ruísse. _

---Para concluir referiu que aquele documento era bom para o Concelho de Tavira, sendo também importante na medida em que para as candidaturas apresentadas ao PO Algarve 21 serem aprovadas, a estratégia de reabilitação urbana tinha que ser apresentada. _____

---O Membro João Carvalho referiu que concordava plenamente, contudo lamentava que apenas presentemente percebessem que era necessária uma estratégia já que o Presidente da Câmara também o era há seis anos e, apenas presentemente apresentava aquele documento porque era imposto. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Dando seguimento à Ordem de Trabalhos passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2014/CM, referente à Prestação de Contas de 2013. _____

---O Presidente da Câmara referiu que passava às conclusões que se encontravam na página número quarenta e três do documento. _____

---O que verificavam naquele documento, naquele exercício, tinha sido a incorporação do saldo de gerência de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros, porque em termos de gestão tinham sido rigorosos e em termos políticos, em ano de eleições, não tinham sido populistas, nem demagogos, nem irresponsáveis pois não tinham comprometido a Câmara no que esta não se podia comprometer. Na execução orçamental tinham conseguido cumprir a receita em oitenta e sete vírgula setenta por cento e a despesa em setenta vírgula noventa e nove por cento que refletiam a elevada redução no orçamento total dos valores referência para que as taxas de execução correspondessem às taxas previsíveis. O exercício até tinha corrido mais ou menos bem porque a receita tinha correspondido

sendo que tinham controlado a despesa que tinha tido aquele saldo primário. Quanto à receita tinha aumentado onze vírgula sessenta e um por cento e a despesa dois vírgula sessenta e cinco por cento que era resultado das despesas com pessoal terem aumentado dez vírgula trinta e cinco por cento porque, como os membros sabiam, no ano anterior não tinham sido pagos dois meses correspondentes aos subsídios de férias e natal o que, no ano em apreço, tinham tido que introduzir.

---Como certamente se lembravam, em determinada altura o Tribunal Constitucional por decisão do Governo, tinha decidido o não pagamento dos subsídios o que tinham originado um aumento na receita. Assim, o atual aumento na despesa que representava uns milhões de euros, era também resultante das despesas de pessoal, pelo que considerava que o saldo tinha sido positivo. _____

---Todavia, tinham tido um saldo líquido negativo de três milhões e trezentos e cinquenta e nove mil euros devido às amortizações que tinham que ser efetuadas contabilisticamente e ao que não conseguiam corresponder. _____

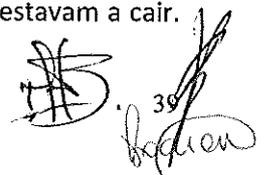
---Tinham reduzido a dívida de curto prazo em cerca de dois milhões e trezentos mil euros, pelo que presentemente, podia afirmar que por altura do final daquele exercício a Câmara estava a pagar a trinta dias aos seus fornecedores o que considerava muito importante para a dinâmica e, acreditava que se uma Câmara não tivesse as contas em dia, sendo uma pessoa de bem e credível, não haveria nenhum investidor que acreditasse numa Câmara falida. Tempos tinham havido em que a Banca suportava, mas não era aquela a situação atual e seguramente também não seriam os investidores que pretendiam ser os garantes de Câmaras mal geridas. _____

---O Presidente da Câmara continuou referindo que era uma realidade que a dívida de médio e longo prazo também tinha diminuído, o endividamento bancário tinha sido liquidado em cerca de oitocentos mil euros dos quais cerca de cento e cinquenta mil, no corrente exercício. Quanto à Sociedade Polis, no ano de dois mil e sete, tinha sido subscrito um capital social de um milhão, seiscentos e vinte mil euros que faziam parte do portefólio que tinham encontrado e cujo valor também já tinha baixado cerca de oitocentos mil euros. _____

---Tinham eliminado totalmente as dívidas superiores a noventa dias o que se constituía como um critério fundamental até porque o Governo tinha estabelecido que não podiam existir nas Câmaras dívidas com mais de noventa dias. _____

---Tinham fundos disponíveis, o que não se tinha verificado durante uma parte substancial do ano de dois mil e doze, tendo começado a existirem fundos disponíveis no início do ano de dois mil e treze o que tinha permitido o lançamento de algumas obras que tinham sido associadas a política para ganhar eleições. Todavia, se não existissem fundos disponíveis, certamente que não existiria qualquer obra. _

---Assim, considerava que se tratava de um bom exercício, obviamente resultante de uma gestão muito apertada pois as Câmaras Municipais atravessavam dificuldades. Até àquele dia não tinha entrado qualquer pedido de loteamento no Município de Tavira sendo que as receitas estavam a cair.

 39

A receita exponencial do IMI esperada, com as cláusulas de salvaguarda, tinha tido um resultado líquido de cerca de quatrocentos mil euros e veriam o que iria acontecer. _____

---Tinham perdido receitas de publicidade devido ao licenciamento zero e ao clima económico, que não sendo propriamente favorável, poderia levar muitos empresários a atrasarem os seus investimentos, sendo aqueles os riscos da atividade que justificavam a necessidade de viverem uma vida espartana como a traduzida naquele relatório, com uma forte contenção da despesa corrente que, à exceção das despesas com pessoal que tinham subido dez vírgula trinta e cinco por cento, todas as outras despesas e rubricas importantes relativas ao funcionamento administrativo da Câmara como combustíveis, limpeza, publicidade, entre outras, tinham baixado. _____

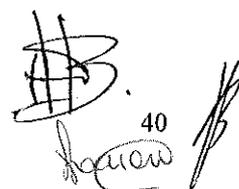
---Para concluir, reforçou que aquele relatório espelhava o rigor que tinham tido na gestão que, obviamente se a situação se alterasse, a Câmara estaria muito bem porque acreditavam que contendo a despesa corrente conseguiriam libertar alguma verba para investimento de capital, como algumas obras que estavam a lançar, que já tinha feito referência, aproveitando os fundos comunitários e prevendo transferir cerca de setecentos e sessenta mil euros para as Juntas de Freguesia relativos aos contratos de execução. _____

---Apesar do que se poderia dizer, seguramente que a Câmara de Tavira era, no Algarve, a Câmara que maior verba transferia em contratos de execução para a gestão das Juntas de Freguesia. _____

---Não bastava ter boa vontade já que era necessária uma gestão apertada, coerência, responsabilidade e credibilidade como estavam a executar, libertando verba para poderem investir, o que continuariam a fazer sob a fiscalização dos membros daquela Assembleia. _____

--- O Membro Antero Romeira referiu que aquela era também a sua especialidade, a área económica, de gestão. Tinha apreciado as palavras do Presidente da Câmara não concordando, contudo, com algumas, entre as quais o IMI quanto à receita. Havia também outro imposto que se tinha esquecido de mencionar, o IUC – Imposto Único de Circulação que também tinha tido um grande aumento porque a administração fiscal estava a fazer pagar impostos dos anos de dois mil e sete, oito e nove, sendo que provavelmente, dentro de algum tempo, até de mil e novecentos, pelo que também tinham aumentado de duzentos para quatrocentos mil euros. Todavia era evidente que tinham perdido receita com o IMT, taxas e licenças, bastando para tal verificar-se o número de gruas na cidade, sendo que acreditava, que para equilibrar as contas da autarquia, era necessária uma gestão muito rigorosa relativamente aos custos. _____

---O que pretendia chamar à atenção era sobre o critério da despesa, onde, segundo a matriz política do Executivo, não seriam prioritárias as pessoas, as famílias que estavam com menores rendimentos ou no desemprego. Assim, apesar de ser notória alguma reanimação, pouca, pedia a todo o elenco da Câmara Municipal que revisse aquela situação, à qual já tinha feito referência quando da análise do


40

orçamento para o ano de dois mil e catorze. Naquela rúbrica não se tinha verificado aumento, o que pensava que deveria de acontecer. _____

---Relativamente à receita, não tinha dúvidas que os dois impostos diretos que iriam ter bastante influência eram o IMI e o IUC, sendo que no ano de dois mil e treze também se tinha verificado a descida do IMT mas que não tinha sido muito gradual. Portanto, considerava que era apenas uma questão política. _____

---Quanto às demonstrações considerava-as corretas, com o débito igual ao crédito, com um resultado de dez milhões de euros que já tinham sido explicados e, se retirassem as amortizações, o resultado operacional seria positivo. Em relação às amortizações do domínio público eram contabilísticas. _____

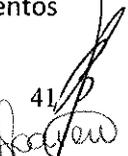
---Pretendia questionar sobre o número sete ponto um da certificação das contas, nas reservas, que referia que ainda não tinha sido incluído no imobilizado, naquele ano de dois mil e treze, o montante de sete milhões, duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e quatro euros de alguns ativos aos quais já tinha sido atribuído o valor e que pensava ser consensual, mas que iria originar um resultado negativo acrescido devido a existirem mais depreciações. _____

---Ficava preocupado com o número sete ponto dois porque referia: *"De acordo com a Certificação Legal das Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa municipal TaviraVerde, EM, existe uma diferença entre as contas da empresa e o saldo reclamado pelo fornecedor Águas do Algarve, SA, de cerca de três milhões e trezentos mil euros, montante referente ao custo de consumos mínimos de efluentes, não tendo sido possível estimar ou prever o desfecho final do processo..."* Era mais um problema que a Câmara tinha porque se consolidasse tudo esta iria à falência. Assim, questionava sobre qual a solução que tinham. _____

---O Presidente da Câmara referiu que subscrevia as questões e considerações que o Membro Antero Romeira tinha efetuado sendo que, de facto, existiam perigos e a avaliação que faziam do discriminativo através dos números era igual porque o relatório era claro. _____

---Relativamente à TaviraVerde, a questão do número sete ponto dois, era importante esclarecer que quando as Águas do Algarve tinham sido criadas ele não era Presidente de Câmara, sendo que as cláusulas dos mínimos já tinham acabado. Quando a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais do Almargem tinha sido construída e o sistema de abastecimento implementado, tinha sido estabelecido nos contratos de gestão que as empresas tinham que liquidar caudais mínimos, sendo aquele o valor alvo do contencioso entre as Águas do Algarve, que o reclamavam, e a TaviraVerde que contestava. _____

---Presentemente já não existia aquela situação porque a Lei, desde há dois anos atrás, não o permitia. Todavia, existia um período entre os anos de dois mil e sete a dois mil e dez que perfaziam o valor de dois milhões e quinhentos mil euros acrescidos de juros num total de três milhões e trezentos

 41


mil euros, cujo valor estava em contencioso não sendo reconhecido. Tinha estado presente na Assembleia Geral das Águas do Algarve que se tinha realizado há muito pouco tempo atrás e questionado sobre aquela situação porque estavam a contestar, mas não existia qualquer margem porque as Águas do Algarve assim não o entendiam, refletindo, inclusivamente, a dívida como se estivesse vencida mesmo sem a pronúncia do Tribunal. Assim, na contabilidade das Águas do Algarve aquele valor não aparecia como estando em contencioso mas no balanço da conta como dívida vencida, cobrável e, naquele sentido, o auditor obviamente que ao elaborar o relatório fazia referência ao perigo potencial que a TaviraVerde representava relativamente àquela dívida. Existia o caudal mínimo e uma discrepância na leitura dos caudais com base num critério não reconhecido em Tribunal mas, obviamente, um perigo potencial. _____

---O Membro Antero Romeira referindo que já no ano anterior tinha insistido sobre aquele ponto, o número nove ponto um, *"As infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro euros..."* já se tinham depreciado relativamente ao ano transato. A pergunta que lançava era que tendo constituído a empresa, aquele ativo tinha passado a ser explorado pela TaviraVerde que explorava a rede, executava obras, fazia a sua manutenção e melhoramentos. Assim, calculava que haveria uma valorização anual para uma entidade específica, sendo que devido à sua depreciação, a médio prazo, o ativo seria de zero. Aquele ativo tinha sido passado, não vendido à TaviraVerde, cuja contrapartida apenas tinha sido a formalização de um contrato de assistência técnica em que a TaviraVerde pagava cerca de duzentos e setenta mil euros, sendo que a Câmara Municipal tinha, mensalmente, que pagar todos os consumos de água das suas infraestruturas. Uma vez que a Câmara tinha entregue um ativo de cinco milhões e quinhentos mil euros que se depreciavam a médio prazo, o Município estava a perder dinheiro. Assim, considerava que algo estava errado, que tendo aquele ativo que sofrer melhoramentos porque o desgaste da rede obrigava à sua manutenção e verificando-se alguma alteração à situação atual, o ativo da Câmara poderia estar totalmente amortizado. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que o bem era da Câmara sendo que o uso tinha sido passado para a TaviraVerde sem qualquer taxa correspondente, conforme tinha sido formalizado no contrato inicial. _____

----Na constituição da empresa a rede, que era propriedade do Município, tinha passado para utilização da TaviraVerde. Havia outros Concelhos onde, sendo a rede um investimento de todos os cidadãos do respetivo Concelho, esta tinha passado para a empresa municipal que pagava uma determinada taxa, o que não acontecia em Tavira. Teriam que remontar ao ano de dois mil e cinco e verificar todos os pressupostos da sua constituição, sendo que uns sócios tinham entrado com os bens e outros com o capital para executarem investimentos que, obviamente, oneravam a empresa com

 42


encargos bancários que estavam presentemente a liquidar. A rede era do Município não se verificando qualquer receita e estando de alguma forma onerada, pelo que, a TaviraVerde considerava que o Município deveria de pagar. _____

---O Membro João Carvalho referiu que não era especialista em contas mas havia uma questão que conseguia identificar. Todos se conheciam pelo menos pelas redes sociais, pelo que muitos deveriam de saber que há pouco, cerca de uma semana, tinha chegado do Dubai, Abu Dhabi onde, de repente, de um dia para o outro, via uma autoestrada, comboios com ar condicionado sentindo-se pequeno no meio de tudo aquilo. Pensava que seria muito bonito tê-las também em Tavira, pois todos amavam a cidade e quando viajavam para sítios bonitos queriam o melhor, mas tinha um misto de prazer com alguma depressão relativamente ao que via. _____

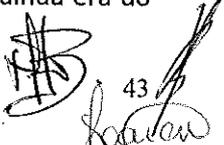
---Era vizinho do Presidente da Câmara, pelo que considerava que lhe podia ter falado dos cinco milhões e quinhentos mil euros, pois assim andaria de "peito inchado" no Dubai, sendo que até poderiam dizer o que quisessem que ele diria que tinham cinco milhões e quinhentos mil euros. Considerava que era uma boa notícia e calculava que o Presidente da Câmara estivesse contente. _____

---Continuou referindo que o Presidente da Câmara tinha mandado pintar ruas por altura das eleições, e referia-se particularmente à zona em frente ao Gran Plaza, para onde existia um projeto bastante bonito com o acordo dos empresários da zona para cedência do espaço e com uma zona para escoamento das águas que ali ficavam estagnadas. Era um projeto que custava dinheiro mas, tinham gasto dinheiro, por altura das eleições, em algo que iria ter que ser partido. No dia em que decidissem executar um projeto naquele local, aquela verba seria perdida. Se dispunha de todo aquele montante que o investisse para que não se verificasse o mesmo que acontecia no tempo do Presidente Jacinto Rodrigues que não deixava colocar cabos para não partir os passeios ou fazerem-se ralis para não estragar as estradas. _____

---Considerava que tinha que existir o mínimo de consciência, pois provavelmente tinha sido por haver um estado tão rico e uma economia tão pobre para o povo, que os "chaimites" tinham saído. Sugeriu que utilizasse aquela verba e a investisse pois a economia agradecia e a cidade agradecia. Tinham muitas obras para fazer, muitos locais onde intervir, que o Presidente da Câmara até conhecia melhor que ele, pelo que, deveriam fazer algo com aquela verba. _____

---O Presidente da Assembleia alertou o Membro João Carvalho de que tinha ultrapassado o tempo a que tinha direito, que era de oito minutos, não sabendo se o que tinha dito tinha alguma utilidade para aquela Assembleia. Portanto, pedia desculpa mas não lhe passaria mais a palavra durante aquela sessão pois já tinha falado treze minutos. _____

---O Presidente da Câmara referiu que, porque no dia seguinte era o dia vinte e cinco de abril, queria dizer que a liberdade permitia muitas coisas, todavia outras existiam que continuava a não permitir. Tinha-se filiado no PS com dezasseis anos de idade, tinha quarenta e sete e, felizmente, ainda era do


43
Carvalho

tempo em que os membros do CDS-PP, no mínimo, respeitavam as pessoas, nomeadamente os ausentes. Não considerava normal que fosse empregue uma linguagem depreciativa para com um antigo Presidente da Câmara que não estava ali presente para se defender, da forma como o membro do CDS-PP o tinha feito naquela Assembleia. Conhecia muitas pessoas do CDS-PP, respeitáveis, que seguramente não utilizariam aquele tipo de linguagem depreciativa, não favorável ao espírito do vinte e cinco de abril de respeito, democracia, tolerância e oportunidades para todos. _____

---Relativamente aos milhões supunha que o Membro João Carvalho já tinha percebido, que era seu vizinho, que geriam o Município de acordo com um programa que tinha sido sufragado, o do Executivo, com o contributo de todos, e não com o programa pensado por alguns. _____

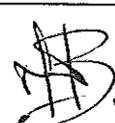
---O Membro João Carvalho pretendeu responder, tendo sido impedido pelo Presidente da Assembleia por já ter ultrapassado o tempo de intervenção, pelo que não concordando, abandonou a sessão da Assembleia Municipal. _____

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Graça. _____

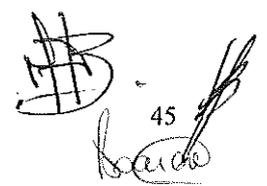
---O Membro José Graça disse que não ia repetir a intervenção do Presidente da Câmara nem voltar a sublinhar os argumentos que tinham sido apresentados, quer na conclusão, quer no parecer do ROC do Município. Constituía-se como riscos para os quais estavam alertados, mas também deviam de estar bastante satisfeitos com os resultados alcançados, não apenas ao longo do último ano, mas dos últimos quatro anos. Como todos sabiam, tinham sido anos difíceis para as Autarquias Locais, durante os quais não tinham tido a seu lado um Governo que lhes facilitasse a vida e tinham tido que gerir enormes passivos. Assim, quando pretendiam dar lições de gestão ou de avaliação de políticas públicas deveriam falar assentes nos números. Tinham ali colegas de Assembleia que eram bancários e que trabalhavam com finanças todos os dias, pelo que sabiam que os números eram "como o algodão, não enganam". _____

---De facto, ao longo dos últimos quatro anos tinha-se registado uma redução do passivo da Câmara Municipal em trinta e cinco por cento. Presentemente cada tavirense devia cerca de setecentos e trinta e seis euros e havia obra executada. Existiam Municípios vizinhos em que os habitantes deviam mais de três mil euros *per capita*. Assim, pensava que se tinham que dar por satisfeitos e pugnar dentro daquela Assembleia para que o Executivo, que era o responsável pelas contas, mantivesse o rumo. Apelavam à mudança relativamente a certas matérias, sendo que o Executivo, apesar de ser formado por uma equipa jovem, tinha demonstrado ao longo dos últimos quatro anos que era possível fazer política com sustentabilidade. _____

---O que defendiam a nível nacional tinha vindo a ser executado em Tavira. Pensava que todos enquanto membros do Município, independentemente de não estarem na Câmara mas na Assembleia Municipal, deviam de estar satisfeitos. Era tarefa dos membros pugnar para que o Executivo Municipal mantivesse o rumo. _____

 44


- Para concluir, referiu que parabenizava o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal pela demonstração financeira e pelo relatório que apresentavam naquela sessão da Assembleia Municipal relativamente ao que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente, com muito gosto. _____
- O Presidente da Assembleia indagou se mais alguém pretendia intervir sobre a prestação de contas que, não se verificando, colocou a proposta a votação. _____
- A prestação de contas foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e nove abstenções. ____
- Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 47/2014/CM, referente à Doação do Palácio da Justiça de Tavira ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P. _____
- O Presidente da Câmara informou que aquela proposta se referia a um processo que já decorria desde o ano de dois mil e cinco e que, na prática, correspondia à doação por parte da Câmara Municipal do terreno onde estava implantado o Palácio da Justiça uma vez que tinham recebido a Casa dos Magistrados. _____
- Aquele processo tinha sido conduzido pelo seu antecessor e, presentemente era possível concretizar o negócio, que sendo o Município uma pessoa de bem, ia regularizar com o Instituto Patrimonial do Ministério da Justiça aquela transferência que se encontrava devidamente acertada. ____
- Verificando não haver questões, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. _____
- O Membro Filipe Lopes não votou por se encontrar ausente da sala. _____
- Para cumprimento da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia referiu que o ponto número sete se tratava da apreciação e votação da proposta de Câmara Municipal número 54/2014/CM, referente ao Regulamento de Atividades Diversas do Município de Tavira – Versão Final. _____
- O Presidente da Câmara disse que, na prática, se tratava da introdução de um conjunto de alterações por via legislativa, Lei 75/2013, nomeadamente referentes às atividades de vendedor ambulante, lotarias e arrumadores de automóveis que tinham passado para a competência das Freguesias. Referia-se ainda a um conjunto de acertos de pormenor. Tinha sido apresentado em sessão de Câmara, sido alvo de consulta pública para receber contributos e, aquela era a sua versão final para apreciação dos membros. _____
- Não havendo questões, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____
- O Membro Filipe Lopes não participou na votação por continuar ausente da sala. _____
- O Presidente da Assembleia disse que o ponto número oito se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 55/2014/CM, referente à Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira. _____


45

---O Presidente da Câmara referiu que tinham introduzido naquele documento a possibilidade de isentar as taxas da ARU cuja estratégia tinha ali acabado de ser aprovada. Deixava de estar obrigatória a atualização da tabela de taxas pela inflação, continha mais algumas alterações de pormenor e questões de adaptação ao regime do licenciamento zero, uma vez que tinham taxas que presentemente, por força da Lei, tinham deixado de existir. Relativamente às taxas, cuja atualização do regulamento anterior era obrigatória por força do valor da inflação, passava no regulamento atual apenas a ser efetuada por deliberação de Câmara. _____

---O Presidente da Assembleia resumiu que o aumento deixava de ser automático conforme o valor da inflação. _____

---A proposta foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e uma abstenção. O Membro Filipe Lopes não participou na votação por continuar ausente da sala. _____

---O ponto número nove referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 60/2014/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento e às GOP de 2014. _____

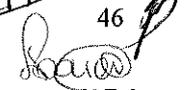
---O Presidente da Câmara referiu que pensava que a explicação já tinha sido parcialmente dada. A questão era uma revisão ao orçamento e às grandes opções do plano para o ano de dois mil e catorze pois tinham acrescentado uma rubrica para incorporar o saldo de gerência do ano de dois mil e treze cujo valor contabilizado tinha sido de cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinco euros e noventa cêntimos que correspondia ao valor da riqueza que iam incorporar para reforçar o orçamento. _____

---O Membro Antero Romeira mencionou que conforme tinha sido dito a Câmara tinha cerca de cinco milhões de euros. Por altura da apreciação do orçamento tinha questionado sobre a rubrica de venda de bens de investimento, qual seria a estimativa daquele valor, tendo-lhe sido dito que se tratava de um processo em que tinham incorporado o valor na receita para este passar posteriormente para o saldo de gerência. _____

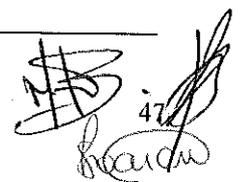
---A Vereadora Ana Paula Martins referiu que não era apenas aquela a ideia. O valor inicialmente previsto para o saldo de gerência rondava os seis milhões de euros, o que tinha acabado por não se verificar. Realmente tinham retirado verba, todavia ainda tinha ficado algum valor que poderiam ou não concretizar porque, na atual conjuntura, a venda de imobilizado não era um facto. Portanto, ainda tinha ficado um valor residual porque o saldo de gerência não tinha atingido o previsto. _____

---Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por maioria com dezassete votos a favor e nove abstenções. _____

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2014/CM, referente ao Pagamento Mensal das Transferências às Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências – 1º. Quadrimestre de 2014. _____


46


- Relativamente àquele ponto, o Presidente da Câmara referiu que o enquadramento já tinha sido explicado quando tinha respondido ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia. _____
- A Câmara tinha por hábito pagar as transferências às Juntas de Freguesia num valor que era anualmente acordado que refletia a redução do Fundo Geral Municipal, para que representasse uma situação neutra para a Câmara e a proporção se mantivesse. _____
- Os protocolos em vigor, que estavam devidamente autorizados pela Câmara, até janeiro encontravam-se liquidados, todavia com a entrada em vigor da Lei 75/2013, tinham tido um problema relacionado com a compreensão, agilização e interpretação da Lei tendo o próprio Secretário de Estado emitido um despacho interpretativo da mesma. A Vereadora Ana Paula Martins tinha-se deslocado a Coimbra para que tivessem um grau de confiança nos documentos em que se suportavam por forma a concretizar a questão. Aproveitava para agradecer a compreensão dos seis Presidentes de Junta, que apenas tinham questionado em março. _____
- Não tinham liquidado as transferências que geralmente eram pagas após a primeira reunião de Câmara do ano seguinte, todavia tinham aprovado para que não se verificassem hiatos, o que tinha acontecido, sendo que as Juntas de Freguesia não recebiam qualquer transferência financeira desde há quatro meses atrás, contudo tinham sobrevivido porque as que tinham alguma verba disponível, tinham-na utilizado, tendo também recebido a verba do FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias, porém não tinha sido fácil. Assim, o que estavam a propor era que tal como os contratos, no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos que entrariam em vigor no dia primeiro do mês de maio seguinte, resolvessem a questão fazendo justiça à situação do pagamento, pelo mesmo critério anteriormente usado, porque o novo critério de acordo com a Lei e que explicaria *à posteriori*, era um critério muito restritivo, pelo que, tinham ponderado que deviam utilizar o que tinham vindo a seguir desde o mandato anterior, com uma redução de cinco virgula oitenta e oito por cento. _____
- Tinham seguido as mesmas proporções tendo, para as Freguesias que se tinham juntado, agregado as proporções de modo a que o resultado fosse precisamente o mesmo, que pretendiam transferir a partir da segunda-feira seguinte. O valor total para as quatro Freguesias era de duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e nove euros e cinquenta e três cêntimos, que deviam e tinham que receber até ao final do mês em curso sob pena das Juntas entrarem em incumprimento para com os seus fornecedores apesar de terem recebido uma tranche do FFF que supunha tinha acontecido por volta do dia quinze último. _____
- Para concluir, o Presidente da Câmara referiu que era de elementar justiça o que ali apresentavam resultante de um compromisso assumido por pessoas que se conheciam há muito e que, obviamente pretendiam que tudo corresse bem. _____
- Verificando não existirem questões, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____


47
Ricardo

---Para dar cumprimento à Ordem de Trabalhos, passou ao ponto número onze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2014/CM, referente aos Acordos de Execução a celebrar entre o Município e as Freguesias do Concelho, no âmbito da Delegação Legal de Competências. _____

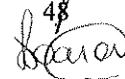
---O Presidente da Câmara informou que a Lei 75/2013 tinha alterado profundamente a forma do relacionamento das Câmaras com as Juntas de Freguesia porque apelava à assunção de responsabilidades por parte das Juntas de Freguesia atribuindo-lhes um conjunto de competência próprias. Passava a verificar-se autonomia das Juntas de Freguesias relativamente às Câmaras, sendo que previa a possibilidade de formalizar contratos de execução quanto a algumas matérias delegáveis, com competências da Câmara a passarem para as Juntas de Freguesia, e contratos interadministrativos quando se tratassem de equipamentos. _____

---Obviamente que tinha sido uma questão demorada, mas tinham a perspectiva de que para os quatro anos seguintes teriam um quadro de estabilidade quanto às transferências financeiras que considerava que os honrava e dignificava nas funções da delegação de competências e na relação com as Juntas de Freguesia. _____

---Acrescentava que o valor da transferência seria de setecentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito euros a crescer aos dois contratos interadministrativos que iriam ser apreciados no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, perfazendo um total de setecentos e sessenta mil euros por ano. Tratava-se de um valor substancial, praticamente todo corrente, o que criava um problema à Câmara, porque o valor transferido anteriormente, parte era corrente e parte era capital. _____

---Sabiam qual era a proporção, sendo que ao aprovarem o orçamento para haver equilíbrio tinha que existir uma margem de correntes e outra de capital. Aquela situação criava um problema suplementar que certamente resolveriam. _____

---Tinham tido algum critério porque a própria Lei condicionava largamente conduzindo a um conjunto de interpretações. Relativamente aos contratos de execução elencava, no seu artigo 16º, um conjunto de competências próprias para as quais as Juntas de Freguesia recebiam verba do Estado e dispunham fontes de receita próprias. Depois, elencava um conjunto de competências delegáveis, nos termos dos artigos 132º e 133º, que representavam as competências que a Câmara delegava e para o que tinham elaborado os contratos de execução. Prevenia expressamente que as competências se referiam ao tratamento e limpeza de vias, sumidouros e sargetas, ao tratamento de espaços verdes, de logradouros, de escolas e mobiliário urbano. Aquelas eram as cinco competências que tinham encaixado nos contratos dentro dos parâmetros com uma redução de zero vírgula cinquenta e oito por cento dos cerca de setecentos e quinze mil euros, para o valor aprovado em orçamento na rubrica de transferências para as Juntas de Freguesia que era de setecentos e oito mil euros. _____


48


---Todavia existiam outras componentes que resultavam da autonomia. Como sabiam, as Juntas de Freguesia abasteciam livremente na Câmara, cujo gasóleo era oferecido e que, presentemente era importante ser separado. Assim, tinham calculado a média do consumo de gasóleo dos últimos três anos de cada Junta de Freguesia, sendo que para as Freguesias que se tinham fundido, tinham juntado os valores e multiplicado por zero ponto nove, por forma a obterem dez por cento de eficiência de gestão e elaborar um relatório mais eficiente do que anteriormente. Tinha acrescentado aquela verba à junção dos contratos, calculando a proporção e distribuição do respetivo valor. _____

---Referia que o metro linear de vias valia quarenta e cinco cêntimos para quilómetros, sendo que para que se verificasse um tratamento igual para todos, os valores para as Freguesias muito pequenas seriam os que resultassem do critério adotado que era igual para todos. _____

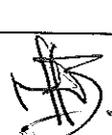
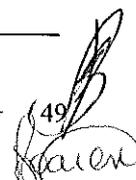
---Tinham realizado reuniões com todas as Juntas de Freguesia e não tendo ainda sido apurado o valor, tinham questionado no sentido de que apresentassem as suas propostas de modo a enriquecer o protocolo, sendo que, desde o início tinha sido estabelecido um valor limite que se baseava no valor do ano transato e que não podiam ultrapassar. Tratava-se de um apelo à contenção orçamental e à boa gestão. _____

---Reiterava os agradecimentos a todos os Presidentes de Junta pela colaboração, simpatia e reuniões que tinham mantido que considerava terem sido, sem exceção, bastante construtivas e onde cada Presidente tinha defendido a sua Freguesia até ao limite, tendo resultado na elaboração daqueles documentos, protocolos que também tinham sido possíveis porque os Presidentes de Junta tinham compreendido qual era o objetivo da Câmara e se, alguma vez tinham duvidado que pretendiam celebrar aqueles acordos e transferir as verbas, quando tinham chegado às alegações finais tinham compreendido que o que estavam a tentar fazer era encontrar o caminho para realizar um trabalho bem feito, como o que considerava que estava realizado. _____

---Quanto às Juntas de Freguesia mais pequenas, obviamente que tinham completado através dos contratos interadministrativos até por proposta dos Presidentes de Junta, concretamente Santa Luzia e Conceição/Cabanas na parte correspondente a Cabanas, por serem de pequena dimensão para os critérios estabelecidos pelo Governo, o que resultava na redução das verbas ao mínimo. Podiam ter muitas desinteligências, divergências ou palavras desencontradas mas o que pretendiam era que não existisse tratamento desigual, sendo aquela a ideia traduzida no documento. _____

---O Membro Filipe Lopes referiu que o PSD não tinha sido consultado para aquela discussão que também não tinha que ser. Todavia por se tratar de um documento muito importante, complexo e fundamental para a gestão das Freguesias, pensava que mereceria uma análise mais profunda da parte da sua bancada que não tinham tido oportunidade de realizar, pelo que se iriam abster. _____

---Quería colocar uma questão no sentido de saber se nas respetivas Assembleias de Freguesia os acordos em apreço já tinham sido todos aprovados. _____


49


- O Presidente da Câmara mencionou que supunha que já o teriam sido. _____
- O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina informou que ainda não se tinha realizado a Assembleia de Freguesia, pelo que, ainda não tinha sido aprovado. _____
- O Membro José Graça referiu que o processo tinha sido, como o Presidente da Câmara tinha dito, verdadeiramente complexo porque a Lei 75/2013 era uma Lei de génese conturbada que tinha sobrevivido a dois Ministros e que apenas tinha sido publicada em Diário da República após acórdão do Tribunal Constitucional obrigou à sua revisão quase completa durante o processo eleitoral. _____
- Acreditava que a maioria dos Autarcas não se tivessem sequer apercebido da sua publicação dado estarem em campanha eleitoral por aquela altura. Quando tinha terminado o período eleitoral, logo após as eleições, aquela Lei tinha entrado em vigor e, como tudo o que nascia mal, mal vivia, de facto podia testemunhar o esforço hercúleo que tinha vindo a ser feito pelos Autarcas quer do Município quer das Freguesias por forma a compatibilizarem a entrada em vigor daquela legislação que, recordava, era composta por quatro diplomas encaixados numa única Lei sendo que não tinha sido fácil coloca-los em prática, com a transição natural da legislação existente que tinha na sua génese o período pós revolucionário de mil novecentos e setenta e nove, transformando-o para o presente. De facto, quando uma legislação como o era aquela possuía um documento que fazia a sua interpretação legislativa quase tão extenso como a própria Lei, era digna de nota. _____
- Assim saudava também os Autarcas das Juntas de Freguesia pelo espírito de cooperação que tinham demonstrado ao longo daquele período, que tinha testemunhado e acompanhado na sua qualidade de Deputado Municipal, o esforço desenvolvido pelas partes, as preocupações e sobretudo as dificuldades sentidas para ultrapassarem aqueles três ou quatro meses desde a sua publicação, em que tinham realizado trabalho árduo por forma a redigirem aquele conjunto de regras para apresentação, primeiramente na Câmara e, naquele momento na Assembleia Municipal que, na sua opinião, carecia de ser limado em sede legislativa. _____
- Para concluir disse que deixava um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido e apelava à bancada do PSD para que, parecendo ter ligações muito profundas na Assembleia da República, aquele trabalho fosse revisto de modo a que no ano seguinte não tivessem que estar novamente a verificar todo o trabalho em sede de Assembleia ou qualquer outro local. _____
- Terminou referindo que felizmente se aproximavam eleições legislativas porque, de facto, existiam questões em que se tornava absolutamente necessária a mudança, sendo aquela uma delas. _____
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e dez abstenções. _____
- Passou ao ponto número doze da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 63/2014/CM, referente aos Contratos Interadministrativos a celebrar entre o Município e as Freguesias de Santa Luzia e Conceição/Cabanas. _____

---O Presidente da Câmara referiu que os pressupostos da sua última intervenção se mantinham, sendo que o que estava em causa era um contrato interadministrativo que consistia noutra tipologia prevista no artigo 133º da Lei 75/2013, que iriam celebrar, para que as Juntas de Freguesias gerissem alguns equipamentos com autonomia. O contrato com Santa Luzia seria no valor de trinta e quatro mil euros que correspondiam às verbas para a habitação social, apoios de pesca e polidesportivos. Quanto à Conceição/Cabanas tratava-se de um valor de dezoito mil euros correspondentes à rampa, mercado e polidesportivo. _____

---Colocada a proposta a votação foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e oito abstenções. _____

---O ponto número treze era sobre a Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 64/2014/CM, referente ao Contrato-Programa para a Limpeza das Praias. _____

---O Presidente da Câmara disse que de uma forma muito limiar se tratava de um contrato a celebrar com a TaviraVerde para a limpeza das praias. Consistia numa situação em que qualquer Governo cobrava as taxas mas quem era responsável pela limpeza eram as Câmaras Municipais, sendo conseqüentemente os Munícipes a pagar. Considerava que era vergonhoso pois, no futuro, poderia acontecer que as praias deixassem de ser limpas se o Governo não entregasse as verbas das taxas. ____

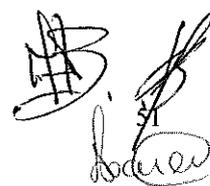
---Assim, de acordo com o relatório iam contratar com a TaviraVerde no valor de duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e sete euros e cinquenta e seis cêntimos, cujo contrato já tinham tido por três anos, para que tivessem as praias limpas. Estavam a preparar um outro contrato mais pormenorizado para um período de três anos de modo a que tivessem estabilidade até ao final do mandato. No corrente ano, e tendo o contrato terminado há muito pouco tempo, tinham começado a negociar com a TaviraVerde um contrato plurianual que, seguramente seria ali apresentado, para que tivessem as praias limpas já que tratando-se de um País turístico, a costa constituía-se como uma riqueza, para além de que todos gostavam de ter as praias limpas, sendo que quem pagava eram os Munícipes. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e dez abstenções. _____

---Passou ao ponto número catorze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 66/2014/CM, referente à Composição do Conselho Local de Educação e designação de um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. _____

---O Presidente da Câmara referiu que se tratava meramente de uma adaptação da Lei dado a designação ter sido alterada. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que relativamente à proposta, tinham que proceder à eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho de Educação. _____



----A Membro Muriel Dias disse que quanto à composição do Conselho, tinham estado a verificar e consideravam que não estava correta. Faltava a integração de alguns representantes como seria o caso do ensino particular, que o Concelho também tinha e estava previsto na Lei, dado que relativamente aos agrupamentos de escolas, Dr. Jorge Correia e D. Manuel I estava correto. _____

----Quanto aos representantes das Forças de Segurança, a Lei previa apenas um representante e não dois como constava, pelo que, teria que se verificar um consenso entre a PSP – Polícia de Segurança Pública e GNR – Guarda Nacional Republicana sobre quem seria o representante daquelas Forças de Segurança. _____

----Estava também em falta um representante do Conselho da Juventude. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que aquela proposta tinha sido votada em sessão de Câmara Municipal e que, no momento, não tinha condições de verificar se cumpria ou não a Lei, porque caso não cumprisse teria que ser retirada. _____

----O Presidente da Câmara sugeriu que, sendo por uma questão de legalidade o ponto fosse retirado.

----O Presidente da Assembleia disse que, pelos motivos apresentados, retirava o ponto em apreço. _____

----Passou ao número quinze e último da Ordem de Trabalho cuja proposta era idêntica às que já tinham sido apresentadas várias vezes na Assembleia Municipal e referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 68/2014/CM, referente à alteração da Composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefia Intermédia de 3º. Grau para o Gabinete Jurídico – 356-Div/13. _____

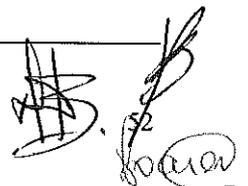
----Não havia muito a mencionar relativamente à questão pois tinha resultado das mudanças das estruturas face às eleições que se tinham realizado no mês de setembro último, sendo que os júris tinham tido que ser alterados. _____

----Verificando não existirem intervenções colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e uma abstenção. _____

----Após a leitura das minutas colocou-as à votação em simultâneo como habitualmente, tendo todas sido aprovadas por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de terminar, nos termos do Regimento anterior pois apenas naquela sessão tinham aprovado o novo que não tinha efeitos retroativos, iria passar a palavra ao público a quem solicitava que se identificassem caso pretendessem intervir sobre algum assunto que não tivesse feito parte da Ordem de Trabalho. _____

----A Munição Maria Joana Nobre Oliveira referiu que era a Vice-Presidente da Associação Uma Porta Amiga e que estava ali com dois objetivos. Pretendia questionar o Presidente da Câmara, fundamentalmente, sobre um dos projetos que a Instituição que representava tinha já há mais de dois anos e que procurava implementar. Todavia até há presente data, apesar do manifesto interesse e empenho do Presidente da Câmara, não tinha obtido qualquer resposta. _____



---O que estava em causa era um acordo de colaboração já assumido verbalmente pela Dra. Ofélia Ramos do Centro Distrital da Segurança Social e que remetia, precisamente, para o apartamento de autonomização para muitos dos jovens que eram recolhidos na Instituição e que estavam em vias de processo de autonomização necessitando, sem dúvida, de uma tranche ou de uma plataforma de transição de modo a que o seu projeto de vida fosse efetuado com segurança não se verificando retrocessos nos seus percursos após tanto esforço e empenho, não apenas de quem neles investia, como também dos próprios. _____

---Tratava-se de um projeto que pensava constituir uma mais-valia não apenas para o Concelho mas também para a Instituição que procurava crescer e valorizar-se. _____

---Assim, a primeira questão referia-se ao pedido que tinham efetuado à Câmara Municipal para a cedência de um apartamento de modo a poderem implementar o projeto que, segundo a Dra. Ofélia sem dúvida que da sua parte o compromisso estava assumido, desde que a Câmara também cedesse ou concedesse a possibilidade do apartamento, de modo a que a Instituição o pudesse implementar sem se asfixiar ou criar situações de extrapolamento. _____

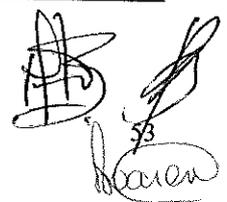
---Quanto à segunda questão prendia-se precisamente com o desejo de crescimento da Instituição por forma a tornar aquela resposta social uma mais-valia para o Concelho em prol da saúde mental, física e psíquica dos seus Municípes. Assim, pretendia questionar se existia a possibilidade de uma maior participação e colaboração da Câmara Municipal para o desenvolvimento e crescimento da Instituição. _____

---Pretendia deixar aquelas duas questões ao Presidente da Câmara pois constituíam-se como preocupações da Direção em prol de todos com quem assumiam o compromisso e a responsabilidade de ajudar e apoiar com os seus projetos. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções passou a palavra ao Presidente da Câmara para responder se assim o entendesse. _____

---O Presidente da Câmara referiu que o que estava em causa era uma pretensão da Associação Uma Porta Amiga de lhes ser cedida uma casa de habitação social para colocar jovens com idade superior a dezoito anos, num apartamento de autonomização, por um período de crescimento até que tivessem perspetivas profissionais. _____

---Não tinham tido habitações sociais disponíveis, tendo presentemente uma ou outra perspetiva, todavia estavam a trabalhar num cenário de ser a própria Associação a arrendar uma habitação, com o apoio da Câmara, porque os projetos podiam ter ou não continuidade e dependiam dos acordos estabelecidos com a Segurança Social. Considerava bem que se tivesse dirigido àquela Assembleia e esperava que muito brevemente a Vereadora Ana Paula Martins reunisse com a Associação pois tinha o pelouro da Ação Social. _____



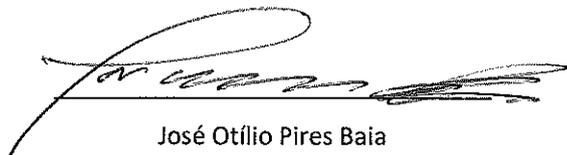
---Aquele questão tinha que ser apresentada à rede social e nela debatida, sendo que por outros compromissos não a integrava estando a Vereadora Ana Paula Martins em sua representação. Não tinha ainda sido possível concretizar mas iriam verificar, se no mais breve espaço de tempo haveria condições, principalmente relativamente ao segundo modelo, num processo de experimentação para verificarem se a Segurança Social também cumpria com os acordos para os apartamentos de reinserção, o que também era importante e como sabia, dependiam do orçamento participativo e do ciclo de programação da própria Segurança Social, entre outras. _____

---Não pretendia que fosse a Câmara a impedir que aquela ação se concretizasse, pelo que seguramente, em próxima reunião com a Diretora Distrital da Segurança Social abordaria a questão pois não se recordava de nada lhe ter sido mencionado no sentido que tinha referido. Assim, colocaria a questão da Associação Uma Porta Amiga pois considerava que era um assunto relevante, cuja solução iriam tentar encontrar. _____

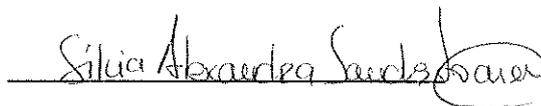
---O Presidente da Assembleia referiu que antes de terminar queria recordar a Sessão Solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho a realizar no dia seguinte, dia vinte e cinco de abril, a partir das nove horas e quarenta e cinco minutos com o hastear das bandeiras, para a qual estavam todos convidados e apelava à participação. _____

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pela uma hora, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

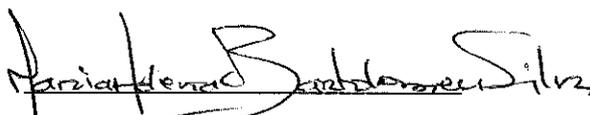
A MESA DA ASSEMBLEIA,



José Otilio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria Helena Correia Bartolomeu Silva